

FRANZ MACIEL MENDES

**PERPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA RESERVA INDÍGENA DE
DOURADOS A PARTIR DA CRIAÇÃO DE UMA RÁDIO COMUNITÁRIA**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL -
MESTRADO / DOUTORADO
CAMPO GRANDE - MS
ANO 2020**

FRANZ MACIEL MENDES

**PERPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA RESERVA INDÍGENA DE
DOURADOS A PARTIR DA CRIAÇÃO DE UMA RÁDIO COMUNITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado / Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação do Professor Dr. Heitor Romero Marques e Coorientação do Professor Dr. Neimar Machado de Sousa para efeito de obtenção do título de Mestre.

CAMPO GRANDE - MS
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F837 MENDES, Franz Maciel
Perspectivas de desenvolvimento na Reserva Indígena de Dourados a partir da criação de uma rádio comunitária. – Campo Grande, MS: Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, 2020.

76p.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local)
– Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2020.

1. Desenvolvimento local. 2. Reserva Indígena de Dourados. 3. Rádio Comunitária Indígena.

CDD – 330.1

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "Perspectivas de desenvolvimento na reserva indígena de Dourados a partir da criação de uma rádio comunitária".

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 27/03/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Heitor Romero Marques
Universidade Católica Dom Bosco



Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel
Universidade Católica Dom Bosco



Prof. Dr. Neimar Machado de Souza
Universidade Federal da Grande Dourados

AGRADECIMENTOS

A Deus por todos os dias de vida concedidos;

A meus pais: Antônio Mendes e Nancy Maciel Mendes que exercem esta missão Divina de auxiliar-me em todos os momentos, e rogarem a Deus por mim diariamente principalmente em dias de atribulação;

A todos os demais familiares, em especial minha avó Margarida, minha irmã Fernanda, meu cunhado Júnior, meus sobrinhos Théo e Nathália;

A meus Professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, em especial ao Professor Heitor Romero Marques, meu orientador, pelos ensinamentos nesta caminhada e pela paciência e compreensão dos percalços superados;

Ao Professor Neimar Machado (Universidade Federal da Grande Dourados) pela Coorientação aqui em Dourados, pelos contatos estabelecidos e experiências repassadas sobre a reserva indígena de Dourados;

Aos amigos Professor Edward Benjamin Ziff (Universidade de Nova York), Professor Arquiteto Fernando Camilo de Carvalho Junior (Universidade Católica Dom Bosco), a Mestre Advogada Karen Giuliano Soares, e a todos amigos que incentivaram na conclusão deste Mestrado;

Aos colegas e servidores da Universidade Católica Dom Bosco pelo período de convivência e atividades realizadas.

MENDES, Franz Maciel. **Perspectivas de desenvolvimento na Reserva Indígena de Dourados a partir da criação de uma rádio comunitária.** 75f. 2020. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo geral diagnosticar as oportunidades e ameaças da criação de uma rádio comunitária na Reserva Indígena de Dourados sob a ótica do desenvolvimento local e traçar um prognóstico sobre os impactos na comunidade local à referida criação da Rádio Comunitária, sua administração e conteúdo a ser veiculado em sua programação. A relevância deste trabalho está na análise dos impactos do desenvolvimento de uma Rádio Comunitária na Reserva Indígena de Dourados e como a comunicação poderá influenciar positiva/negativamente considerando as circunstâncias existentes de um ambiente multiétnico, com um índice demográfico substancial em que os indígenas vivem confinados em 3.474 hectares, com conflitos internos dos mais variados motivos e com a proximidade da área urbana da maior cidade do interior do Estado de Mato Grosso do Sul. Considerada a multietnicidade existente na Reserva Indígena de Dourados a rádio comunitária pode se constituir um elo de informação e integração ao fortalecer grupos e coletividades, reduzir o simples papel de indivíduo e reforçar o papel de sujeito, de alguém que pensa, que reflete, que age, que se articula. O fomento da economia criativa atrelado à dimensão e a dignidade humana, sem esquecer de considerar as diversas matrizes étnicas existentes e as relações entre estas. O conceito de capital humano como potencializador de igualdade entre os indivíduos da comunidade indígena buscando a valorização das atividades e dos produtos produzidos dentro das aldeias pertencentes à Reserva Indígena de Dourados, e de solidariedade ativa em que os agentes da comunidade numa ótica endógeno-emancipatória consigam por meio de suas habilidades e potencialidades tornar-se condutores do seu progresso, e por meio da solidariedade consigam cooperar, se comprometerem por um coletivo fortalecendo suas relações e criando um sistema de retroalimentação e autodesenvolvimento. Nesta dissertação são apresentados alguns aspectos para a efetiva viabilidade econômica e atendimento dos normativos legais que permeiam a gestão e governança da rádio comunitária. A pesquisa permitiu verificar as experiências de outras rádios e assim auxiliar na percepção e elaboração da programação e de uma proposta arquitetônica mais adequada a Reserva Indígena de Dourados com foco nas pessoas que lá vivem, na identidade de cada uma das etnias e no Desenvolvimento Local.

PALAVRAS-CHAVE: Reserva Indígena de Dourados; Guarani; Terena; Kaiowá; Rádio Comunitária Indígena; Desenvolvimento Local.

MENDES, Franz Maciel Mendes. **Development prospects in the Dourados Indigenous Reserve from the creation of a community radio.** 65 f. 2020. Dissertation. Master in Local Development. Dom Bosco Catholic University - UCDB.

ABSTRACT

This work has as a general objective to analyze the opportunities for and threats to the creation of community radio in the Indigenous Reserve of Dourados from the perspective of local development, and to make an evaluation of the impact of the creation of the aforementioned Radio Community on the local community, its administration and the content to be aired in its programming. The relevance of this work lies in the analysis of the impact of the establishment of Community Radio in the Indigenous Reserve of Dourados and the influences of communication, both positive and negative, considering the existing circumstances of a multiethnic environment, with a substantial demographic index in which the indigenous people live confined in 3,474 hectares, with internal conflicts of the most varied sorts and with the proximity of the urban area of the largest city in the interior of the State of Mato Grosso do Sul. Considering the multiethnicity existing in the Indigenous Reserve of Dourados, community radio can constitute a link of information and integration by strengthening groups and collectivities, reducing the limited role of the individual and reinforcing the role of the subject, of someone who thinks, reflects, acts, articulates. The promotion of a creative economy linked to the human dimension and to dignity, without forgetting to consider the various existing ethnic matrices and the relationships between them. The concept of human capital as an enhancer of equality between individuals in the indigenous community, seeking to enhance the activities and products produced within the villages belonging to the Dourados Indigenous Reserve, and of active solidarity in which community agents, from an endogenous-emancipatory perspective, are able to achieve through their skills and potential becoming drivers of their progress, and through solidarity they are able to cooperate, commit themselves to a collective, strengthening their relationships and create a system of feedback and self-development. In this dissertation, some points are presented for the effective economic viability and compliance with the legal regulations that permeate the management and governance of community radio. The research allowed verification of the experiences of other radio stations and thus assists in the identification and elaboration of the programming and of a structured proposal more appropriate to the Dourados Indigenous Reserve, focusing on the people who live there, on the identity of each of the ethnic groups and on Local Development.

KEYWORDS: Dourados Indigenous Reserve; Ethnicities; Indigenous Community Radio; Local Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 1 – Dança na Terena na RID – Aldeia Jaguapiru.....	26
Figura n.º 2 Liderança da Aldeia Bororó Capitão Gaudêncio Benites (Guarani)	34
Figura n.º 3 Plantio roça familiar Aldeia Bororó na RID	36
Figura nº 4: O índio invisível	43
Figura nº 5 – Indígena a caminho do trabalho	48
Figura nº 6 – Casa na Aldeia Jaguapiru.....	49
Figura n.º 7 - Visita à Rádio da Aldeia Limão Verde em Aquidauana / MS	54
Figura nº 8 – Crianças indígenas em sua inocência ocupando espaço público no centro de Dourados.....	57
Foto nº 9 – Campeonatos de Futebol nos fins de semana no campo da Aldeia Jaguapiru.....	58
Figura nº 10 – Concursos de beleza indígena – Autoestima	59
Figura nº 11 – Exposição e venda de Artesanato na Vila Olímpica – Aldeia Bororó	60
Figura n.º 12 - Vista aérea da sede da AJI - Ação dos Jovens Indígenas	63
Figura n.º 13 – Pavimento Térreo.....	64
Figura n.º 14 – Pavimento Superior.....	64
Figura n.º 15 – Elevação Frontal	65
Figura n.º 16 – Elevação Lateral Esquerda.....	65
Figura n.º 17 – Elevação Lateral Direita	66
Figura n.º 18 – Elevação Posterior	66
Figura n.º 19 – Perspectiva Face Posterior	67
Figura n.º 20 – Perspectiva Face Lateral	67

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 – Matriz SWOT	22
Quadro nº 2 – Modelo Teórico de Gestão de uma Rádio Comunitária (com adaptações do original)	52

LISTA DE MAPAS

Mapa nº 1- RID e sua proximidade do perímetro urbano de Dourados/MS	23
Mapa nº 2: Aldeias Bororó e Jaguapiro em função da divisa geográfica entre Itaporã e Dourados /MS	24
Mapa n.º 3 – Migrações étnicas.....	27
Mapa4: Densidade populacional na Reserva Indígena de Dourados	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 - Dados demográficos da terra indígena.....41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CDR/FCH – Centro de documentos regional da Faculdade de Ciências Humanas
- CF – Constituição Federal
- FCH – Faculdade de Ciências Humanas
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- n.º - número
- PI – Posto Indígena
- RadCom - Rádio Comunitária
- RID – Reserva Indígena de Dourados
- RJ – Rio de Janeiro
- SEI/MC - Sistema Eletrônico de Informações – Ministério da Cidadania
- SEI/MCTIC - Sistema Eletrônico de Informações – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
- SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
- SPI – Serviço de Proteção ao Índio
- SWOT - strengths, weaknesses, opportunities, threats
- TV - Televisão
- UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
- UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
2 CONHECENDO A RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS (R.I.D.).....	22
2.1 Caracterização da Reserva Indígena de Dourados.....	23
2.2 Histórico (etnias, idioma), território	25
2.2.1 Os Terena: identidade e história.....	25
2.2.2 Contatos com os Purutuyé e a Guerra da Tríplice Aliança	28
2.2.3 Os impactos do pós-guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai: “tempos de servidão”	29
2.2.4 Do SPI à FUNAI	30
2.2.5 Guarani: organização social e política	33
2.2.6 Tekoha: a territorialidade Guarani	35
2.2.7 Nhandéva.....	39
2.2.8 Kaiowá	40
2.3 A reserva indígena de Dourados em números	41
3 ENTENDENDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL	45
3.1 Território	46
3.2 Forças endógenas e exógenas, capital humano, a dimensão humana e a solidariedade ativa, etc	47
3.3 O viés da comunicação	49
4 RÁDIO COMUNITÁRIA INDÍGENA.....	51
4.1 Lei nº 11.645/2018 - diretrizes e princípios legais	51
4.2 Aspectos financeiro e legais	51
4.3 Fases de criação, construção e manutenção do projeto.	52
4.4 Experiências de rádio.....	53
4.4.1 Rádio Yande WEB	54
4.4.2 Rádio Kopenoti – Aquidauana MS	56

4.4 Educação não formal	57
4.5 Socialização	58
4.4.1 Espaço e Expressão (Auto estima/comercial/cultural/língua).....	59
4.4.1 Estratégias de comunicação para fortalecer arte/cultura, fomento do desenvolvimento.....	60
4.4.2 Rádio como indutora do desenvolvimento.....	61
4.6.4 Perigo de instrumentalização e controle político da Rádio Comunitária	63
5 PROPOSTA ARQUITETÔNICA	64
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	70

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Reserva Indígena de Dourados (RID) e/ou Posto Indígena (PI) foi criada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) por meio do Decreto Estadual nº 401 de 1917, com 3.600 habitantes, sendo a segunda reserva criada pelo SPI constando como uma terra devoluta, entretanto, o título definitivo da área legalizada foi emitido apenas em 1965.

A área demarcada de 3.474 hectares abriga predominantemente três etnias indígenas, Terena, Nhandéva e Kaiowá, os quais são moradores do maior aldeamento urbano do Brasil com cerca de 17.000 habitantes, englobando indígenas e não-indígenas e está localizada entre os municípios de Dourados e Itaporã. Contudo, a presença de indígenas na região sul do Estado de Mato Grosso do Sul e o contato com os “brancos”, portugueses e espanhóis, remete ao período colonial, processo que se intensificou durante o século XIX com a expansão e consolidação das fronteiras nacionais e o estabelecimento de novos núcleos urbanos no então sul de Mato Grosso.

A proximidade geográfica dos municípios de Dourados e Itaporã proporcionam o compartilhamento de hábitos e vícios inerentes a sociedade “branca”. Os anúncios na imprensa local relacionados ao abuso de entorpecentes, suicídios, miséria comprova a presença destas mazelas também na Reserva Indígena de Dourados. A utilização da mão-de-obra indígena em trabalhos relacionados ao agronegócio predominante no Brasil Meridional também se faz presente nos dias atuais na RID, quanto a diversas formas socioeconômicas e estratificações sociais decorrentes do contato com as sociedades: Brasileira, Douradense e Itaporanense. Afinal de contas, “transitaram” e “transitam” neste espaço também turistas, indigenistas, funcionários das secretarias de educação, da FUNAI, missionários religiosos, pesquisadores, dentre outros, em constante “contato” com os indígenas. Os indígenas, por sua vez, “transitam” pela cidade por diversos motivos, como: estudo, trabalho, diversão, vendas de artesanato, de alimentos, “mendicância”, dentre outros motivos. Os meios de comunicação de massa como a TV e o rádio fazem parte do seu cotidiano e levam para dentro de suas casas as diversas programações veiculadas pela mídia.

Por hipótese, a própria existência de uma rádio comunitária dentro dos limites da RID poderia caracterizar contraditoriamente, por um lado, como um marco da inserção dos valores da sociedade “branca” no espaço indígena, e por outro, pode caracterizar-se num fator que venha a desagregar ainda mais a comunidade local. Cabe esclarecer que o termo rádio comunitária nesta dissertação refere-se de modo amplo aos meios de comunicação que possa se referir a comunidade objeto deste estudo, neste caso a Reserva Indígena de Dourados. A essência da Rádio Comunitária convencional pode se aperfeiçoar aos instrumentos tecnológicos

que surgem na evolução natural da comunicação, adotando assim ferramentas que possam atingir um número maior de usuários tais como a Rádio Web (rádio digital que realiza transmissão, os *podcast* (arquivos digitais transmitido e armazenado por meio da internet com o propósito de transmitir informações).

Em vista do exposto inicialmente têm-se como problema de pesquisa a indagação de que maneira uma Rádio Comunitária (RadCom) poderia impactar o modo de vida dos habitantes da RID considerando os aspectos econômicos, sociais e culturais das etnias indígenas que ocupam o espaço reservado, bem como, o desenvolvimento local proporcionado pela criação e manutenção da RadCom, destacando particularidades positivas e negativas de tal empreitada?

A prestação de serviço de rádio difusão que atendesse, por um lado, aos princípios previstos em legislação específica para a criação e manutenção de uma RadCom, e por outro, respeitasse o modo de vida tradicional da comunidade local, seus valores culturais e necessidades materiais, se configuraria num serviço de relevância e demanda social.

O trabalho tem como objetivo geral diagnosticar as oportunidades e ameaças da criação de uma rádio comunitária na Reserva Indígena de Dourados sob a ótica do desenvolvimento local e traçar um prognóstico sobre os impactos na comunidade local à referida criação da RadCom, sua administração e conteúdo a ser veiculado em sua programação.

Como objetivos específicos a pesquisa procurou empreender o levantamento e análise dos aspectos jurídicos relacionados à criação e fundação de uma rádio comunitária na RID.; verificar e dimensionar as ações administrativas necessárias para a criação de uma rádio comunitária na RID.; caracterizar e apresentar a cultura e o modo de vida das etnias indígenas que vivem na RID.; analisar e apresentar as condições materiais de vida dos moradores da RID, compreender o processo de fragmentação social do modo de vida “tradicional” dos indígenas a partir do contato com a sociedade “branca”; levantar e comparar experiências de rádios comunitárias em reservas indígenas e identificar as ações da Administração Pública voltadas para a assistência dos moradores da RID. Temos então o ideal de participação popular ativa como cerne, norte, para o devir da ação social do indivíduo, ainda que, por meio de conflito e resistência às *estruturas estabelecidas* de modo que, caso isso não aconteça, mantenha-se apenas a reprodução da disposição estrutural postulada para a sociedade.

Neste viés, proporcionar ao agente de Desenvolvimento Local o seu protagonismo, implica a valorização de sua participação na comunidade face a predominância do econômico. E quando tratamos do protagonismo de um agente do desenvolvimento local estamos potencializando a ação a partir do movimento de criação a partir do agente que também é o

sujeito que vive as demandas do local e sabe como ninguém outro de fora quais as necessidades e objetivos a serem alcançados.

Neste sentido, vale ainda, ressaltar a importância do desenvolvimento sob seu aspecto comunitário e orgânico, mais adequado para a compreensão da atividade humana, parte de um sistema social. Em contrapartida de uma visão mecânica que reduz os indivíduos a meras engrenagens.

Os povos vivem na Reserva Indígena de Dourados e compartilham o mesmo território, caracterizado como território multiétnico. Na Reserva, essas etnias vivenciam tensões de conflitos e fronteiras étnicas, sendo perceptível o grande índice de violência.

Em linhas gerais, em que pesem os conflitos existentes na Reserva Indígena de Dourados, a RadCom pode se constituir um elo de informação e integração ao fortalecer grupos e coletividades, reduzir o simples papel de indivíduo e reforçar o papel de sujeito, de alguém que pensa, que reflete, que age, que se articula.

Este trabalho de Mestrado em Desenvolvimento Local está situado na área de concentração Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades na linha 1: Cultura, Identidade e Diversidade na dinâmica territorial. De um lado, aborda a dimensão cultural construída no contexto de relações existenciais dos indivíduos entre si e com o território vivido, como referência de base de construção, manutenção e reconstrução dos territórios. De outro lado, aborda a interculturalidade, vista como capacidade dos atores locais de conviver com o “diferente” num processo relacional permanente e dinâmico de comunicação e negociação, inovador nas práticas sociais de convivência na reinvenção constante do território. Especificamente se concentra no grupo temático Dimensão Cultural e interculturalidade em processos inclusivos de justiça social e direitos humanos em Desenvolvimento Local.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de estudos bibliográficos, pesquisa de campo e análise documental que possibilitam metodologicamente uma pesquisa em caráter diagnóstico/prognóstico dos impactos da criação de uma RadCom no espaço da Reserva Indígena de Dourados, e assim, apresentar à comunidade acadêmica um estudo acerca das possibilidades de desenvolvimento local proporcionado pela implantação de uma rádio na RID.

O método de análise e interpretação de dados consiste na seleção da coleta bibliográfica e das falas das representatividades indígenas da Reserva Indígena de Dourados, por meio de pesquisa de campo mediante entrevistas por conveniências, bem como dos representantes indígenas que já vivenciam a experiência de Rádio Indígena. A apresentação dos dados em tabelas e Mapas possibilita a verificação de inter-relações entre eles; o diagnóstico; e por fim, o prognóstico.

O contato com os indígenas remonta nossa infância no Bairro Coophasul em Campo Grande onde vizinhamos com o Sr. José Carlos da Silva (escultor conhecido como Índio). Ainda em Campo Grande tivemos contato com a temática indígena por meio da formação no Colégio Dom Bosco. A partir do ano de 2013 mudamos para Dourados para trabalhar na Universidade Federal da Grande Dourados onde o contato com a realidade indígena tornou-se exponencial principalmente pela proximidade da Reserva Indígena de Dourados (RID.) do centro de Dourados.

Por meio do *hobbie* da fotografia e da locução na Rádio Comunitária Boa Nova estabelecemos contatos que proporcionaram uma proximidade das etnias existentes na Reserva Indígena de Dourados criando laços de amizade e solidariedade. Isso ajudou a vivenciar e compreender a realidade e o dia a dia da Reserva.

O interesse pela temática nessa pesquisa consolidou-se quando já mestrando auxiliamos uma intercambiaria do Programa *Erasmus Mundus* a Colombiana Angélica Odama a ter acesso às aldeias Jaguapiru e Bororó e suas respectivas lideranças para a efetivação de sua pesquisa sobre o empoderamento da mulher indígena na Reserva de Dourados. Na residência do então Coordenador da Secretaria de Saúde Indígena, Sr. Fernando de Souza (Terena) percebemos que a temática indígena poderia ser potencializada e auxiliar em áreas críticas por meio dos estudos do Programa de Desenvolvimento Local. Nesta visita ficou claro na fala do Sr. Fernando Terena a necessidade de potencializar a comunicação comunitária.

Neste período temos procurado direcionar a atenção para o universo histórico, social, étnico e do desenvolvimento local. E, o ampliar de nossas percepções possibilitou questionarmos sobre os processos de desenvolvimento da Reserva Indígena de Dourados com o fortalecimento do vínculo entre as etnias à luz do Desenvolvimento Local respeitando a identidade étnica de cada povo.

Eis que surge a necessidade no **segundo capítulo** de caracterizar a Reserva Indígena de Dourados, de entender cada etnia pertencente a Reserva Indígena de Dourados, seja em função do aspecto histórico, seja na inter-relação entre as etnias que habitam o mesmo local.

No que tange ao aspecto histórico as elites de nosso País fizeram sedimentar a ideia de uma nação “branca” onde todo o sistema estava em perfeito funcionamento aleijando a existência no aspecto discursivo os demais grupos, incluso nestes os indígenas.

Com a Constituição Federal de 1988 podemos considerar que houve um avanço no reconhecimento de diversos grupos, desmistificando pelo menos oficialmente a imagem de um Brasil “uno”.

Do mesmo modo que historicamente a nação possuía uma visão genérica de seu povo, cabe aqui perceber que nos grupos indígenas temos diversas etnias e cada uma com as suas características, com seu tempo de agir e viver.

A aplicação da matriz SWOT serviu para evidenciar e classificar os resultados obtidos em pontos fracos (*weaknesses*), pontos fortes (*strengths*), ameaças (*threats*) e oportunidades (*opportunities*). A utilização desse procedimento administrativo permitiu uma visão global do que estava sendo analisado, pois permitiu a classificação dos conteúdos em áreas de observação, tais como: educação, suicídio, alcoolismo, prostituição, drogas, plantios e cultivos, esporte, moradia, água, transporte, saúde, cooptação política, cooptação político-religiosa.

A oralidade na Reserva Indígena de Dourados também é observada pois temos diversas etnias e cada uma com seu grau de uso da língua tradicional tornou-se necessário observar as atuais experiências de cada etnia na valorização cultural no que tange a preservação de seus registros de tradições orais, seja o uso da língua de origem no dia a dia, seja a transmissão da língua originária às novas gerações. Essa análise permite visibilizar a complexidade de comunicação dentro das aldeias em função das diversas etnias, de seus interesses e de suas gerações.

No **terceiro capítulo** surgem as reflexões sobre o Desenvolvimento Local à luz das principais demandas observadas na Reserva Indígena de Dourados, sem esquecer de considerar as diversas matrizes étnicas existentes, as relações entre estas, e suas variáveis em função da conexão com novas possibilidades de desenvolvimento mantendo sua identidade.

Ampliar as percepções das forças endógenas e exógenas é garantir consciência para a comunidade indígena agir estrategicamente, sabendo onde avançar, onde se proteger e assim alcançar seus objetivos.

Outro princípio presente neste capítulo é o da **dimensão humana** fruto de suas necessidades e sobrevivência, e que no caso em tela reforça o viés do constante aprimoramento na busca de novas alternativas e/ou de velhas técnicas remodeladas que garantam o atendimento das necessidades humanas. Atrelado está a **dignidade humana** no sentido da preservação dos seus direitos e da igualdade de ação na busca de alcançar seus objetivos e suprir suas necessidades.

O **capital humano** como potencializador de igualdade entre os indivíduos da comunidade indígena buscando a valorização das atividades e dos produtos produzidos pelos indígenas a partir de suas habilidades e conhecimentos acumulados dentro das aldeias pertencentes à Reserva Indígena de Dourados. E, como derradeiro princípio do Desenvolvimento Local a ser trabalhado está a **solidariedade ativa** em que os agentes da

comunidade numa ótica endógeno-emancipatória consigam por meio de suas habilidades e potencialidades tornar-se condutores do seu progresso, e por meio da solidariedade consigam cooperar, se comprometerem por um coletivo fortalecendo suas relações e criando um sistema de retroalimentação e autodesenvolvimento.

Apesar da proximidade da reserva indígena de Dourados da área central de Itaporã e Dourados, podemos perceber, dentre as reivindicações dos moradores da RID a falta da visibilidade e reconhecimento de sua cidadania, a invisibilidade seletiva da realidade sob o aspecto sociológico, com exceção àquilo que pode ser relacionado pela sociedade branca por meio de discursos de representação qualitativa que postulavam uma imagem negativa aos povos indígenas e seu modo de vida, que por sua vez se relacionavam com agendas sociais e hábitos humanos.

Por outro lado, nossa proposição reflexiva nos remete ao paradigma contemporâneo da etnogênese dos povos indígenas. Acontecimento ou processo histórico arraigado em movimentos sociais ocorridos mais especificamente a partir da década de 1980, concretizado no início do ano 2000, quando os indígenas passaram a reivindicar seus espaços de protagonismo na sociedade brasileira para expressar suas ideias, concepções, representações, e identidade étnica. Neste sentido, uma Rádio Comunitária instrumentalizada pelos indígenas permitiria um fortalecimento étnico, social, econômico e humano, para os moradores da RID.

Dentro do que já foi pesquisado nas fontes bibliográficas existem diversos trabalhos sobre reserva indígena e rádio comunitária estudados isoladamente. E, a relevância deste trabalho está na análise dos impactos da implantação de uma RadCom na Reserva Indígena de Dourados e como a comunicação poderá influenciar positiva/negativamente considerando as circunstâncias existentes de um ambiente multiétnico, com um índice demográfico substancial em que os indígenas vivem confinados em 3.474 hectares, com conflitos internos dos mais variados motivos e com a proximidade da área urbana da maior cidade do interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

Para tanto é necessário entender o território institucional e o território constituído na RID. São três as formas existentes de território institucionalizado (Lei nº 6001//1973 - Estatuto do Índio e Decreto n.º 1.775/1996), a saber: Reservas criadas por lei, Terras adquiridas por domínio e Terra demarcada pelo critério temporal (CF/1988).

No que tange ao território constituído existem a Aldeia Bororó e a Aldeia Jaguapiru no perímetro que compreende a reserva indígena de Dourados. Cabe lembrar que na região da Grande Dourados existem outras aldeias não integradas na reserva indígena, e também indígenas que já moram na área urbana de Dourados e de outros municípios vizinhos.

As territorialidades e multiterritorialidades indígenas podem ser percebidas na agenda social das etnias, dos grupos étnicos, e indivíduos, que vivem na RID, e capitaneadas pelos seus representantes que organizam suas aldeias, que estabelecem de modo norteador os procedimentos e ações de modo a manter a organização social do local. Atualmente existem outros agentes locais que exercem poder político de desenvolvimento, entre eles os indígenas que exercem atividade profissional em cargos órgãos públicos e privados, em especial na área da saúde e educação.

No **quarto capítulo** o foco são as ações propriamente estruturantes da Rádio Comunitária na RID, seja em seu aspecto legal constitutivo garantindo a preservação de espaço igualitário na programação entre as etnias, seja no aspecto financeiro para a viabilidade administrativa das atividades da Rádio Comunitária.

As experiências observadas na Rádio da Aldeia Limão Verde (Aquidauana - MS) e na Rádio Yande (Rio de Janeiro - RJ) ajudam a direcionar o planejamento, a criação e manutenção de uma rádio, sem esquecer as peculiaridades, as vivências específicas de cada localidade, respeitando o olhar de cada agente do desenvolvimento local e suas necessidades. Estas experiências são relatadas com o objetivo de projetarmos os aspectos positivos a implementar e outros aspectos considerados críticos para que ao implementar a RadCom todos estejam alertas a aspectos negativos neste caminho de consolidação de uma rádio.

No **quinto capítulo** apresentamos a proposta arquitetônica da Rádio Comunitária. O objetivo neste capítulo é apresentar uma proposta para avaliação e aprovação dos agentes do Desenvolvimento Local da Reserva Indígena de Dourados e suas lideranças. A partir das diversas visitas realizadas nas aldeias Bororó e Jaguapiro e das características das principais etnias foi possível obter a contribuição do Professor da Universidade Católica Dom Bosco Arquiteto Fernando Camilo Júnior e sua equipe com base nas análises realizadas, nas potencialidades apresentadas e nos alertas emitidos para a perenidade da RadCom. Conhecer as características históricas das etnias componentes da reserva, seus aspectos linguísticos e assim compreender seus problemas, suas demandas, suas necessidades foram essenciais para tentar ficar o mais próximo possível de uma concepção técnica aliada a essência de um trabalho de valorização das ideias do local e de seus agentes.

2 CONHECENDO A RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS (R.I.D.)

Neste capítulo, com o objetivo de conhecer a Reserva Indígena de Dourados de maneira mais aprofundada, pretendemos apresentar, características históricas das etnias componentes da reserva, aspectos linguísticos, constituições sociais, políticas, econômicas e territoriais.

É necessário compreender determinadas peculiaridades do processo histórico, enfrentado por alguns dos povos indígenas que atualmente se encontram aldeados desde os tempos coloniais, perpassando o Império e a República, por meio de contatos com representantes da civilização branca, que em termos majoritários resultou se configurando de maneira desvantajosa para os povos indígenas.

Por outro lado, apresentaremos reflexões à luz da matriz SWOT para dimensionar as ações administrativas necessárias para a criação de uma Rádio Comunitária na RID, bem como, os impactos desta inserção tecnológica para a população local, considerando possíveis aspectos fortes e fraquezas para o ambiente interno, e as oportunidades e ameaças advindas da interação com o ambiente externo, com vistas ao desenvolvimento local.

A matriz SWOT é uma ferramenta utilizada para listar características dos objetos em estudo, no caso em tela, as forças, as fraquezas, as ameaças e as oportunidades na Reserva Indígena de Dourados a partir de palavras presentes no discurso dos moradores das Aldeias Bororó e Jaguapiro, bem como nos assuntos relacionados a RID na imprensa.

Quadro nº 1 – Matriz SWOT

FORÇAS	OPORTUNIDADES
EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA INDÍGENA, IDENTIDADE, CASA DE REZA, ORALIDADE.	NORMATIVOS PARA CRIAÇÃO DE RÁDIO COMUNIÁRIA INDÍGENA, ESPORTE, CULTURA, REGIÃO POPULOSA.
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DROGAS, PROSTITUIÇÃO, ALCOOLISMO, COOPTAÇÃO POLÍTICO RELIGIOSA.	ASPECTOS JURÍDICOS, ASPECTOS LEGAIS E TRIBUTÁRIOS, CONCORRÊNCIA DAS RÁDIOS COMERCIAIS.

Fonte: Elaboração própria

Selecionamos algumas palavras presentes no dia a dia: educação, transporte, saúde, artesanato, casa de reza, violência contra mulher, *tekoha*, cultura indígena, identidade, multietnicidade, suicídio, alcoolismo, prostituição, drogas, plantios e cultivos, esporte, cooptação, igrejas, oralidade, aspectos jurídicos e aspectos financeiros.

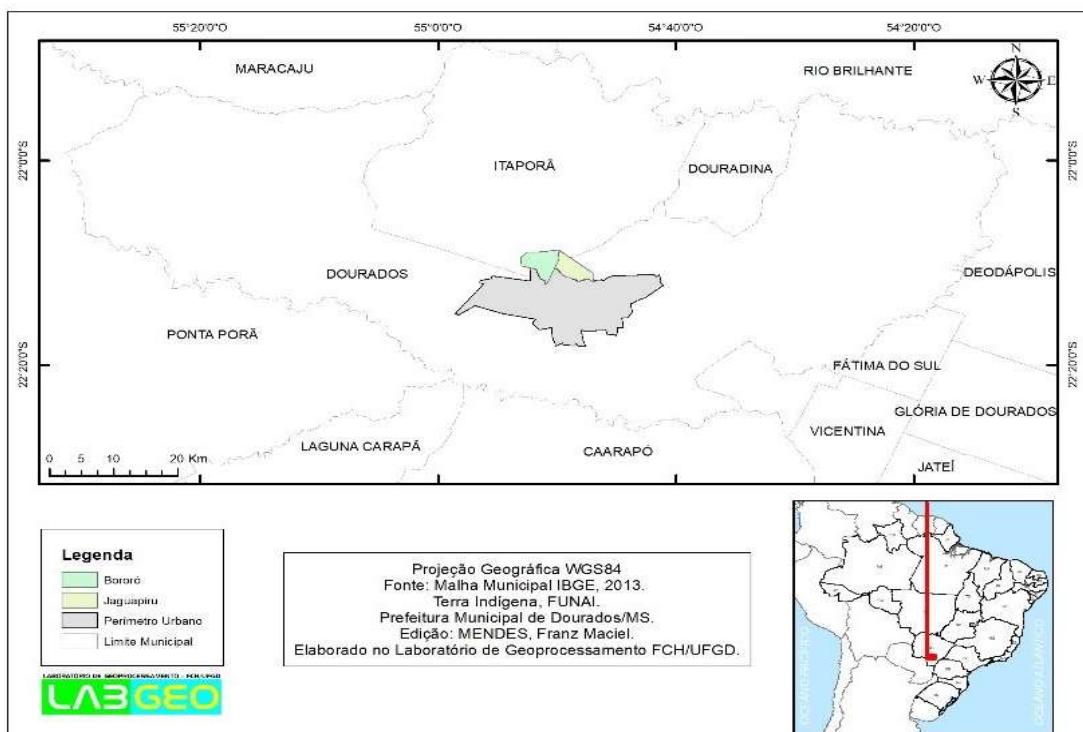
Com estas palavras e após a classificação no quadrante das forças, fraquezas, ameaças e das oportunidades é possível criar um panorama geral que proporciona um diagnóstico do que pode comprometer seu planejamento/objetivo a alcançar.

A partir da classificação é possível maximizar os pontos fortes e oportunidades para possível implantação de rádio comunitária indígena e ao mesmo tempo tomar atitudes para reduzir as fraquezas e ameaças. Priorizar os aspectos relevantes nesta classificação pode significar a viabilidade e sobrevivência da rádio comunitária.

2.1 Caracterização da Reserva Indígena de Dourados

Vamos aqui caracterizar a Reserva Indígena de Dourados para melhor compreender o local do estudo. No mapa a seguir é possível observar a proximidade da Reserva Indígena de Dourados (RID) do Perímetro Urbano de Dourados, o que veremos durante este trabalho ser fator determinante de influência cultural e conflitos.

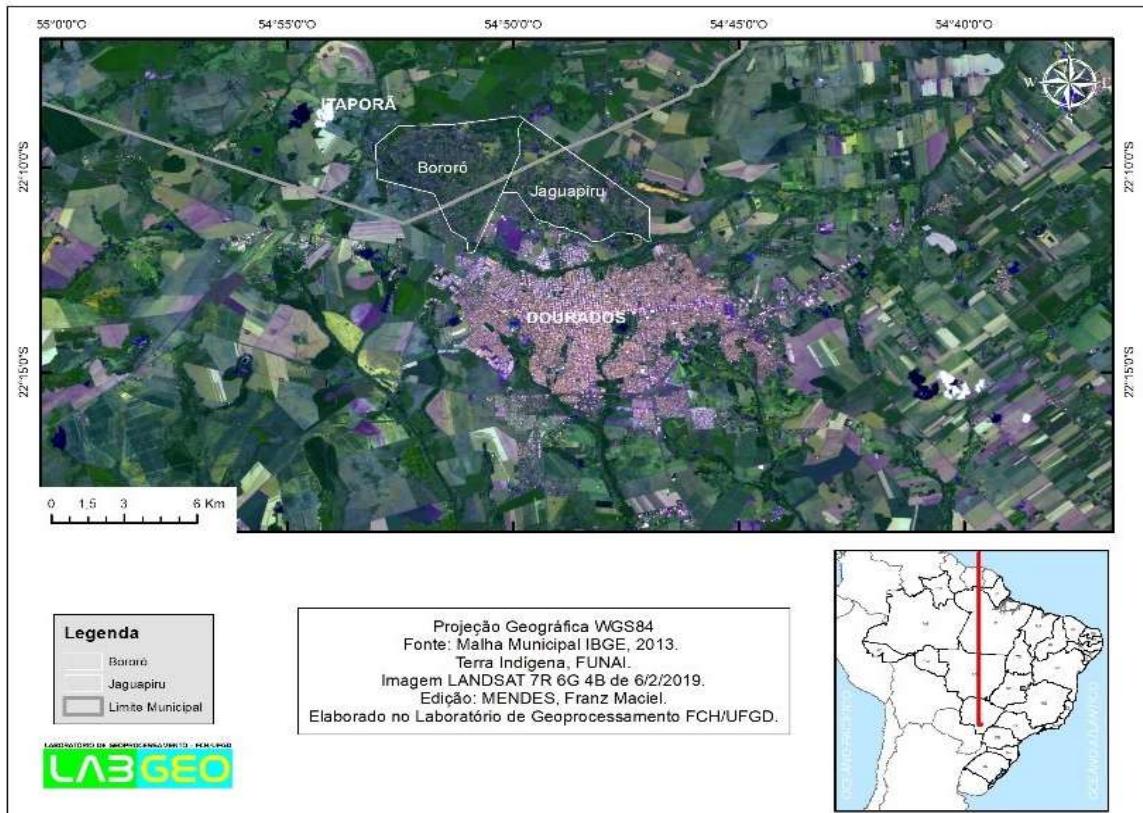
Mapa nº 1- RID e sua proximidade do perímetro urbano de Dourados/MS



Fonte: Elaborado no Laboratório de Geoprocessamento FCH/UFGD pelo autor

Vejamos o mapa a seguir:

Mapa nº 2: Aldeias Bororó e Jaguapiru em função da divisa geográfica entre Itaporã e Dourados /MS



Fonte: Elaboração própria no Laboratório de Geoprocessamento FCH/UFGD

No Mapa nº 2 fica claro o limite geográfico da Reserva Indígena de Dourados situada tanto no Município de Dourados/MS quanto no Município de Itaporã/MS.

Vale ressaltar que a RID é composta da Aldeia Bororó e da Aldeia Jaguapiru, sendo que a maior parte da área da Aldeia Bororó pertence ao Município de Itaporã e a Aldeia Jaguapiru pertence em sua maioria ao Município de Dourados.

A presença de indígenas na região sul do Estado de Mato Grosso do Sul e o contato com os “brancos”, portugueses e espanhóis, remete ao período colonial, processo que se intensificou durante o século XIX com a expansão e consolidação das fronteiras nacionais e o estabelecimento de novos núcleos urbanos no então sul de Mato Grosso.

A convivência entre povos de costumes e modo de vida demasiadamente discrepantes e divergentes, não ocorreu via de regra, de maneira pacífica e ordenada, como argumenta, Troquez (2006, p.31) ao afirmar que:

A expansão capitalista que ocorreu na passagem do século XIX para o século XX foi um choque violento para as populações ameríndias que habitavam certas regiões brasileiras. Surgiram intensos conflitos fundiários devidos aos processos de colonização não-indígena em diferentes partes do território. A “ocupação” pastoril e a exploração da erva-mate foram responsáveis pelo surgimento de arraiais e cidades afetando profundamente as áreas ocupadas pelas populações indígenas ainda existentes na região.

Esta convivência é perceptível nos dias atuais, onde Indígenas “transitam” pela área urbana por diversos motivos, como: estudo, trabalho, diversão, vendas de artesanato, de alimentos. As informações chegam na Reserva Indígena de Dourados por meios dos veículos de comunicação presentes na região como a TV e o rádio, e estes já fazem parte do seu cotidiano e levam para dentro de suas casas as diversas programações veiculadas pela mídia.

2.2 Histórico (etnias, idioma), território

Compreender o contexto histórico e seu território é importante para mensurar as diferenças existentes entre os povos, o modo que se estabeleceram, a diferença do tempo de agir e viver.

2.2.1 Os Terena: identidade e história

Os Terena, por contar com uma população bastante numerosa e manter um contato intenso com a população regional, é o povo indígena cuja presença no estado se revela de forma mais explícita, seja por meio das mulheres vendedoras nas ruas da capital e de algumas cidades do interior, ou das legiões de cortadores de cana-de-açúcar que periodicamente se deslocam pelo interior do estado com destino às destilarias para usinas de açúcar e álcool e trabalho temporário nas fazendas.

Essa intensa participação no cotidiano sul-mato-grossense favorece a atribuição aos Terena de estereótipos tais como “aculturados” e “índios urbanos”, o que pode ser considerado como uma potencialidade diante das características que possuem e os cargos e espaços políticos que possuem na Reserva Indígena de Dourados.

Os Terena, povo de língua Aruak, vivem atualmente em um território descontínuo, fragmentado em pequenas “ilhas” cercadas por fazendas e espalhadas por sete municípios sul-mato-grossenses: Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque e Rochedo. Também há famílias terena vivendo em Porto, Dourados e no estado de São Paulo. Nestas duas últimas localidades, famílias Terena foram levadas pelo Serviço de

Proteção aos Índios (SPI) para servirem de “exemplo”, pelo afinco nas práticas agrícolas e também pela obediência ao sistema de controle social imposto por funcionários daquele extinto órgão.

Figura nº 1 – Dança na Terena na RID – Aldeia Jaguapiro



Fonte: MENDES, 2019.

De um modo geral, podemos definir os Terena como um povo estritamente bilíngue - entendendo por isso uma realidade social em que a distinção entre uma língua "mãe" e uma língua "de contato" ou "de adoção" não tem sentido sociológico. A língua 'materna' para os Terena não tem importância socializante, no sentido de integrar o indivíduo em um mundo próprio, conceitualmente diferente do "mundo dos Brancos".

A língua terena pertence à família Aruak e é falada pela maioria das pessoas que se reconhecem, hoje, como Terena. Mas o seu uso - e frequência - é desigual nas várias aldeias e Terras Indígenas (BITTENCOURT, LADEIRA, 2000).

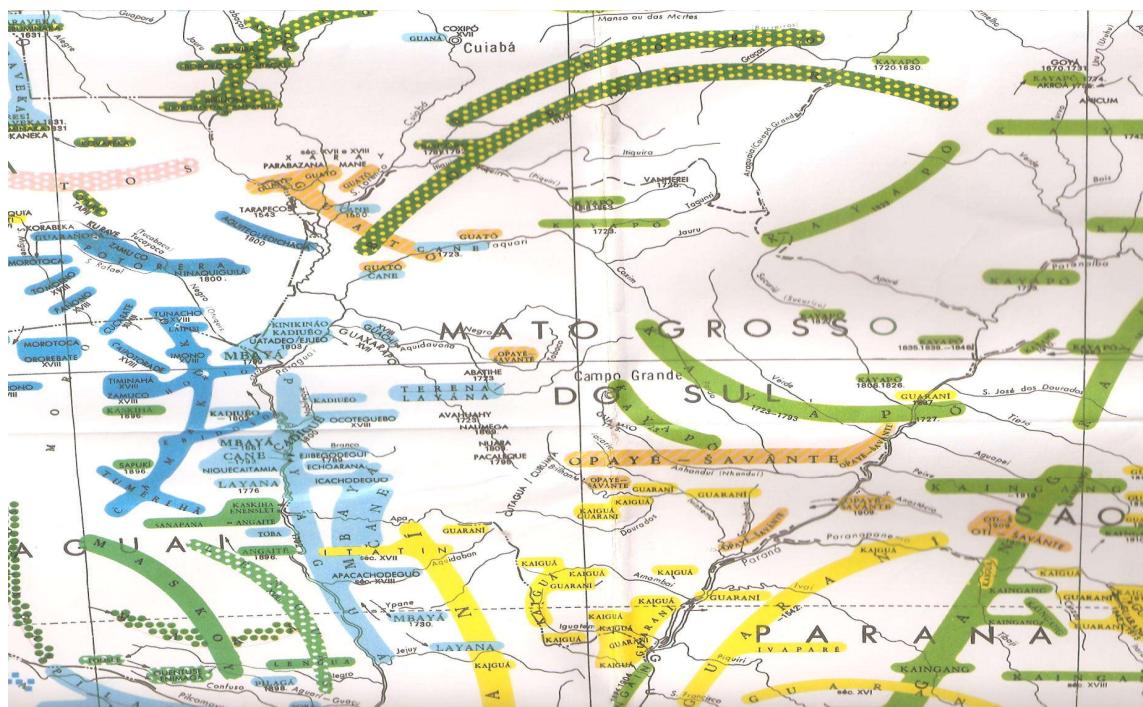
Em Dourados, considerada a localização da RID ao lado da área urbana, observa-se que os Terenas possuem a predominância de sua fala na língua portuguesa. Podemos afirmar que seu uso está mais relacionado a uma sociabilidade. Em outras palavras, a língua terena não é usada nestas sociedades enquanto sinal para afirmar sua diferença frente aos "brancos". Não obstante, frente à situação de contato com a sociedade nacional, esta habilidade de adaptação linguística lhes permite continuar existindo enquanto um povo político e administrativamente autônomo (LADEIRA, 2001).

Os Terena são considerados os últimos remanescentes da nação Guaná no Brasil e possuem características culturais relacionadas ao Chaco, de maneira que o domínio dos grupos de língua Aruak entre os diversos povos indígenas da região, todos caçadores e coletores,

deveu-se ao fato daqueles grupos serem, de longa data, predominantemente agricultores, e consequentemente, é sobre esta base econômica que se organizavam socialmente, permitindo a existência de grupos humanos mais populosos, expansionistas e guerreiros. Ainda quanto à sua organização social, Vargas (2011,p.57), ressalta que:

Dominavam as etnias mais fracas que a sua, assim como se aliavam àquelas com as quais poderiam realizar as trocas e se submetiam às mais forte. Esta era uma das pautas culturais de convívio que lhes permitiram diferentes formas de relacionamento com os demais grupos indígenas e não-indígenas, tanto no Chaco, quanto posteriormente no Brasil.

Mapa n.º 3 – Migrações étnicas



Fonte: Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju 1883-1945 – Publicação IBGE 2002

Essa situação se manteve até a última década do século XVIII, quando, em 1791, foi assinado o tratado de paz entre Portugal e os Mbayá-Guaicuru. Esse tratado permitiu a fixação portuguesa, ainda que incipiente, na margem direita do Rio Paraguai, ao mesmo tempo em que propiciaria o desgaste da aliança Guaná-Mbayá. Um dos sustentáculos dessa aliança, como vimos, era o fornecimento de instrumentos de ferro aos Guaná pelos Mbayá – e que os primeiros começariam a obter independentemente, por meio do comércio com os portugueses (FERREIRA,2009).

2.2.2 Contatos com os Purutuyé e a Guerra da Tríplice Aliança

A ocupação das terras brasileiras pelos índios Guaná foi por diversas vezes bastante tensa, sendo que, Carvalho (1979) aponta três importantes movimentos que os colocaram em completa situação de exclusão e desterritorialização.

As relações entre os portugueses/brasileiros e indígenas sofreram variações entre os diversos subgrupos Guaná após 1791. Já na década de 1820, o cronista Hércules Florence descreveu em *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*, as características de uma população aldeada numa região “acima da vila de Miranda”:

De quanta tribo tem o Paraguai, é esta que mais em contato está com os brasileiros. Lavradores, cultivam o milho, o aipim e mandioca, a cana-de-açúcar, o algodão, o tabaco e outras plantas do país. Fabricantes, possuem alguns engenhos de moer cana, e fazem grandes peças de pano de algodão, com que se vestem, além de redes e cintas. Industriais, vão, em canoas suas ou nas dos brasileiros, até Cuiabá para venderem suas peças de roupa, cintas, suspensórios, cilhas de selim e tabaco. Grande parte deles empregam-se nas plantações ou moendas a ganharem dois a três vinténs por dia além do sustento, ou então entregam-se à pescaria, indo levar o peixe à cidade de Cuiabá, em cujo porto habitam numas choupanazinhas (FLORENCE, 2007, p. 99)

A eclosão do conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, no final de 1864, viria a mudar de forma dramática a vida de toda a nação Guaná, inaugurando um novo tempo. Um dos palcos do conflito foi justamente em território destes povos que, aliado dos brasileiros, sofreram ataques e represálias por parte das tropas invasoras.

É certo que todas as aldeias então existentes na região dos rios Miranda e Aquidauana se dispersaram, com seus habitantes buscando refúgio em matos inacessíveis na região ou nas serras de Maracajú. Corroborando com esta hipótese, Moura e Acçiolini (p. 251-2) afirmam que:

Alguns agrupamentos perderam seus territórios para os novos habitantes não indígenas, tais como os ex-combatentes brasileiros e paraguaios, os fazendeiros que vinham se instalar na região entre outros. O governo do estado brinda algumas lideranças com fardas, patentes e ferramentas, porém não lhes devolve seus antigos territórios. Dessa forma, as famílias usurpadas buscam outros lugares para se abrigarem [...]. Suas antigas áreas foram consideradas pelo estado de Mato Grosso (1892) como terras devolutas.

Apesar da intensa participação dos Guaná em favor das forças imperiais e na defesa do território brasileiro. Alguns episódios desta participação foram narrados por Alfredo d'Escagnolle Taunay em obras como, Entre os Nossos Índios e Retirada da Laguna. O governo

imperial não reconheceu estes esforços, não consignando um palmo sequer de terras para os Guaná – como o faria, em 1880, para os Kadiweu na concessão de cerca de 500 mil hectares de terras na região de Bodoquena.

2.2.3 Os impactos do pós-guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai: “tempos de servidão”

É um fato histórico que o conflito com o Paraguai acarretou uma mudança radical no *modus vivendi*¹ dos Guaná com a população brasileira local. Se antes a relação era de mútua dependência, alicerçada na troca recíproca entre os índios e as tropas regulares que formavam a população dominante nos “presídios” de Miranda e Albuquerque, depois da guerra as populações indígenas passaram a se relacionar com um grupo humano heterogêneo e oportunista, e que passaria a receber apoio oficial para a “colonização” da região conflagrada.

Nesses novos tempos, a antiga relação de respeito e solidariedade seria alterada. O antigo território das aldeias passaria a ser disputado por novos “proprietários”, que eram em geral oficiais desmobilizados do exército brasileiro e comerciantes que lucraram com a guerra e permaneceram na região. Somando-se ainda os movimentos de migração de colonos que não conheciam a história de bravura na luta contra os invasores paraguaios, sendo que os índios se surpreenderam com o caráter eminentemente predatório destes novos *purutuyé*, recorrendo como podiam às autoridades de Cuiabá para defender suas terras.

Ao examinar a legislação vigente na época, Gilberto Azanha (2005, p. 251-2) apresentou duas conclusões, primeiramente, que:

Todos os Decretos do Estado do Mato Grosso que concedem glebas “de terras devolutas” aos Terena não possuem base legal porque estas terras já eram indígenas no conceito da legislação em vigor (a Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento de 1854); As glebas de anterior ocupação indígenas e vizinhas às “reservas” decretadas pelo estado do Mato Grosso foram transferidas a particulares por procedimentos cartoriais ilegais, já que desconsideraram a posse indígena tal como definida na Lei de Terras - e isso é perfeitamente demonstrável no exame dos processos de legitimação daquelas “posses”

Este tempo do pós-guerra ficou conhecido pelos Terena como o tempo da servidão, pois dispersos em razão do conflito multinacional, os vários subgrupos Guaná começariam a recompor suas antigas aldeias, agora pedindo “licença” aos novos ocupantes.

Seria uma época em que se intensificaria a abertura dos estabelecimentos pecuários e do “fechamento” dos pastos, com apoio das autoridades do Império, que pretendia consolidar a

1 Para maiores informações, *vide*: A diáspora Guaná (Terena) no pós-Guerra da Tríplice Aliança e os reflexos em seus territórios no estado de Mato Grosso do Sul. Revista Tellus, ano 16, nº 30, JAN-JUN, 2016.

ocupação brasileira na área recém conflagrada. E, todos estes empreendimentos só foram possíveis graças à "liberação" das terras e ao uso intensivo da mão-de-obra dos indígenas, que figuravam mais passivamente em disponibilidade (OLIVEIRA, 1968; OLIVEIRA, 1976).

O advento da República e as concessões político-administrativas descentralizadoras feitas aos Estados federados e, consequentemente, aos chefes políticos regionais somente agravaria a situação dos Terena.

Neste sentido, o sertanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, descendente de indígenas Terena, Guaná e Bororo, e ainda, primeiro Diretor Geral do Serviço de Proteção ao Índio, criado em 1910, esforçava-se já em sua época para denunciar os abusos do processo civilizatório empreendido pelo Estado brasileiro (BUCKER, 2005). Por sua vez, Freire (2009, p.33) apontou que Rondon,

[...] encontrou índios Terena trabalhando para fazendeiros. Um regime permanente de dívidas e submissão fazia com que fossem explorados, criando, segundo Rondon, uma nova espécie de escravidão. Os índios que fugiam eram agredidos ou mortos.

2.2.4 Do SPI à FUNAI

Nas décadas de 1910 e 1920, dois fatos significativos marcaram a história Terena: a criação do Serviço de Proteção ao Índio² e a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, esta última diretamente responsável pelo aumento da população não-indígena da região sul-mato-grossense em cinco vezes ao longo de duas décadas.

O SPI instalou seus postos na década de 1920, com o objetivo de levar aos Terena os objetivos da "proteção fraternal" preconizada por Rondon, ideal que ao menos durante os primeiros anos, foi de fato tentado. Mas logo essa "proteção", que deveria ser de direitos, foi sendo gradualmente transformada em imposição ideológica, culminando na perda do que ainda restava da autonomia política dos Terena.

O "encarregado do posto", em pouco tempo, passaria a interferir em praticamente todos os aspectos da vida social Terena, desde a mediação de conflitos internos entre famílias, à lavratura e guarda dos registros das ocorrências civis, por exemplo, nascimento, casamento e óbitos, bem como, a gestão dos contratos de trabalho e o estabelecimento de uma "guarda indígena" para a manutenção da ordem, de maneira que se ficasse estabelecida a compreensão que os Terena habitavam terras que não lhes pertenciam, as mesmas seriam apenas concedidas.

² O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais ou, SPILTN, a partir de 1918 tornou-se apenas, SPI, foi criado, a 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional. Foi o órgão indigenista oficial até a criação da FUNAI em 1967.

Na prática o *purutuyé*, agente local, figurava como representante interativo de um projeto colonialista, sendo que, são raros os casos na história oral Terena nos quais os funcionários do SPI são lembrados por procurar imprimir de fato uma gestão que pudesse privilegiar este povo frente aos *purutuyé*. Lugar de uma estrutura de poder colonial, o "posto" se impunha para imobilizar a força de trabalho interna com vistas a torná-la disponível externamente.

Por outro lado, identificar nas análises de Oliveira (1968; 1976) que as condições adversas foram impostas aos Terena pela sociedade regional dominante, nas quatro décadas imediatas ao fim da guerra do Paraguai, foram sendo, naquele período de tempo, positivadas sociologicamente pelos Terena.

A situação de confinamento na Reserva, ao mesmo tempo em que acarretou a perda da autonomia política das aldeias, postulado que submeteu os índios à dependência política do chefe *purutuyé* do posto do SPI/FUNAI, também foi ressignificada pelos Terena como base territorial necessária para a atualização e manutenção tribal. Sua integração à estrutura econômica compensou de certa forma a perda da autossuficiência econômica; e, finalmente, a urbanização crescente de parte de sua população foi a resposta encontrada pelos Terena às limitações políticas, sociais e econômicas, reinantes na situação de Reserva.

Poderíamos compreender as novas pautas sociais engendradas pelos Terena "modernos" como derivadas da estratégia de um povo na busca de novos espaços para o exercício da sua sobrevivência, espaços estes onde a pressão para a negação da identidade indígena fosse minimizada.

As reservas indígenas Terena, consolidadas a partir da década de 1920, serviriam de ponto de apoio vital para o reagrupamento das famílias dispersas pela guerra e que ainda se encontravam sob a servidão nos barracões das fazendas. Passaram a representar, para os Terena, não só o espaço necessário para a reafirmação do *ethos* tribal, mas também de uma certa liberdade.

Para os moradores das reservas, o trabalho externo voltaria a ganhar sua característica de trabalho facultativo, readquirindo a liberdade de escolher o tipo de serviço e até o patrão. Esse período de relativa liberdade, ao que parece, duraria pouco tempo, exatamente até o SPI alterar sua política nas reservas (OLIVEIRA, 1968; 1976).

Havia a necessidade da imposição dos limites das reservas porque, na verdade, os Terena não os respeitavam, isto é, continuaram usando e ocupando as áreas vizinhas para as suas necessidades, caçando, pescando e coletando suas ervas medicinais ou mel, sempre e quando lhes aprouvesse. E, é somente a partir de 1960 que os Terena começariam a ser

perseguídos e reprimidos, pelos fazendeiros e pelos encarregados do SPI, nessas suas expedições. E, mesmo depois, quando se configurou uma situação de verdadeira clandestinidade, jamais interromperam suas incursões (OLIVEIRA, 1968; 1976).

A administração da mão de obra indígena fora da aldeia, denominada *changa*, passaria a ser um dos principais, senão, o principal papel desempenhado pelo núcleo de poder, composto pelo chefe do Posto Indígena (PI), capitão e membros privilegiados do Conselho, dentro da reserva. Assim, para sustentar sua posição de poder, aquele núcleo seria o responsável pela indicação exclusiva dos "cabeçantes", figuras da aldeia necessariamente alfabetizadas, que eram por sua vez encarregados das "turmas" de trabalhadores contratadas pelo empreiteiro das usinas de cana.

Estes "cabeçantes" recebiam um salário diferenciado e se responsabilizavam integralmente pela "sua" turma, composta por 20 ou 30 trabalhadores, distribuindo e verificando as tarefas realizadas no dia-a-dia do corte de cana. A escolha destes indivíduos era basicamente determinada pelas relações de parentela e, sobretudo, pelo aliciamento de lealdades que surgem durante o processo eleitoral para escolha do "capitão". Um bom "cabeçante" traz dividendos políticos para o seu "padrinho" (OLIVEIRA, 1968; 1976).

Com exceção da *changa*, portanto, as oportunidades de trabalho eram poucas e o próprio sistema de poderes postulado não favoreceria alternativas para além de consentir.

Poucas coisas mudariam nas estruturas de poder com a substituição do SPI pela FUNAI: o chefe do posto deste novo órgão herdaria do seu antecessor do SPI as mesmas prerrogativas de poder. Contudo, o aumento da procura em "escala" da mão-de-obra para as usinas de cana daria motivo para que aquele funcionário público, com o beneplácito do "capitão" e autorização de Campo Grande, passasse a cobrar uma taxa, por índio contratado, dos intermediários, "gatos", das usinas.

O dinheiro assim arrecadado deveria ser utilizado na "manutenção" de algumas atividades do posto. Este recurso passaria a ser, nos anos 1980, o principal atrativo para a disputa da "capitania" e fonte importante de ganhos para o Posto Indígena, cuja prestação de contas era em geral um segredo, apenas partilhado pelo chefe do PI e o "capitão" (OLIVEIRA, 1968; 1976).

Enquanto durou a fartura dos recursos da Funai, de fato alguns produtores locais foram beneficiados, trazendo alguma esperança para os que viviam exclusivamente das roças. Foram adquiridos pequenos tratores, máquinas de beneficiamento, além do fornecimento de adubos e sementes selecionadas e do óleo diesel para o preparo e plantio (OLIVEIRA, 1968; 1976). Contudo, atualmente os Terena compõem um dos mais populosos povos indígenas de Mato

Grosso do Sul, e ainda continuam sua luta pelo reconhecimento de territórios e melhores condições materiais de vida.

2.2.5 Guarani: organização social e política

Os Guarani no Brasil Meridional podem ser divididos em três grandes grupos: Os Ñandeva, os Mbüá e os Kaiowá. A divisão em três subgrupos se justifica por diferenças, sobretudo linguísticas, mas por peculiaridades na cultura material e não material (SCHADEN, 1974).

Estes subgrupos guaraníticos possuem diferenças em suas formas linguísticas, práticas rituais, orientação religiosa, costumes, organização política e social, assim como, formas específicas de interpretação da realidade vivida e de interação com o mundo, de acordo com as experiências históricas e condições materiais de vida, contudo, trataremos, após uma caracterização geral da cultura guaranítica, em especial dos Guarani-Nhandéva e Guarani-Kaiowá por serem habitantes da Reserva Indígena de Dourados.

Brand (2001) descreve que os Guarani contemporâneos são, convencionalmente, divididos em três subgrupos: os Nhandéva/Chiripá, os Mbyá e os Kaiowá. Em Mato Grosso do Sul, predomina a presença dos Kaiowá e, em menor número, dos Nhandéva/Chiripá, sendo estes últimos os únicos que se autodenominam “Guarani”.

Os Guarani têm como base de sua organização social, econômica e política, a família extensa, isto é, grupos macro familiares que detêm formas de organização da ocupação espacial dentro dos *tekoha* determinada por relações de afinidade e consanguinidade. É composta pelo casal, filhos, genros, netos, irmãos e constitui uma unidade de produção e consumo. A cada família extensa corresponderá, como condição para sua existência, uma liderança, em geral um homem que denominam *Tamõi*, avô, não sendo raro, contudo, a existência de líder de família extensa mulher, que denominam *Jari*, avó, neste segundo caso, a incidência é maior entre os Nhandéva.

As famílias nucleares atualmente vivem em habitações isoladas e dispersas pela área disponível no *tekoha*, entretanto, relacionados por parentela à casa e presença de um *tamõi* ou *jari*, sendo a sua casa um local centralizador e de referência, ao redor da qual orbita toda a família: lugar onde as pessoas se reúnem e onde haverá um altar, *mba'e marangatu*, para os *jeroky*, que são rituais sagrados praticados no cotidiano.

Os homens casam-se entre 16 e 18 anos, enquanto as mulheres podem casar-se a partir da segunda ou terceira menstruação, em geral entre 14 e 17 anos. Na primeira menstruação as meninas têm seu cabelo cortado e mantêm resguardo dentro de suas casas, onde recebem

alimentos e de onde raramente saem por algumas semanas. Não há ritual específico nos casamentos, cabendo aos pais do rapaz, na pauta tradicional guarani, a iniciativa de falar com os pais da moça sobre o matrimônio. Espera-se, contudo, que os noivos estejam aptos a construir e manter casa e filhos. Contudo, é possível constatar uma nítida divisão sexual dos trabalhos e das funções econômicas na dinâmica cotidiana dos Guarani, sendo efetivamente muito raro encontrar homem ou mulher incapacitados de desempenhar funções produtivas nesse dia-a-dia.

Há uma tendência na tradição desses indígenas de que os novos casais venham a seguir um padrão de residência no qual após o casamento os cônjuges passam a viver na localidade do pai da mulher, inclusive passando o esposo a figurar como apoio político e econômico de seu sogro, absorvido pelo grupo macro familiar. Já em questões de atualidade, o ato de escolha do local de moradia também pode estar relacionado ao poder político e econômico das famílias envolvidas.

Figura n.º 2 Liderança da Aldeia Bororó Capitão Gaudêncio Benites (Guarani)



Fonte: MENDES, 2019.

Os Guaranis são extremamente hábeis na condução política de seus interesses, sendo, cada *tekoha* liderado por um chefe, “capitão” ou “cacique”, de acordo com os termos usuais não-indígenas para designar aquele que irá dirigir a ordem política da comunidade nas relações com o mundo ocidental, especialmente o Estado brasileiro. No discurso tradicional o termo usado para designar o chefe político é *mboruvixa*³. Sua função, contudo, é compreendida pelos

Brasil. Porto Velho, RO: Sociedade Internacional de Linguística, 1998, p. 71; CARVALHO, Mauro Luiz. **Tempo, aspecto e modalidade na língua guarani mbyá (Tambeopé).** Brasília, DF: UNB, dissertação de mestrado em linguística, 2013.

grupos familiares como de representação política com o exterior, sendo seu poder relativizado frente à autonomia das famílias extensas.

Os cônjuges devem pertencer a diferentes famílias extensas, uma vez que existem regras explícitas de proibição de casamento dentro do que consideram ser a mesma família. Portanto, situação regulada por meio de práticas exogâmicas, entretanto não existem regras prescritivas sobre com quem deve se dar o casamento, sendo que, uma união ilícita, incesto, acarretaria em implicações no campo mítico, pois causa *Mbora'u*, mau agouro. Por sua vez, os Kaiowá referem-se à poligamia insistindo na sua proibição, diferentemente dos Nhandéva, etnia na qual se verifica maior incidência de homens casados com mais de uma mulher.

O líder familiar aglutina seus parentes e os orienta política e religiosamente. Cabem-lhe também as decisões sobre o espaço que seu grupo ocupa no *tekoha* e onde as famílias nucleares, pais e filhos, pertencentes a seu grupo familiar distribuem suas habitações, plantam suas roças e utilizam os recursos naturais disponíveis.

Não existe um poder centralizado e totalizador, de maneira que, em virtude da grande autonomia dos grupos macro familiares, apenas em momentos específicos, quando o grupo enfrenta problemas que atingem a todos os habitantes do *tekoha* guarani revela-se a exigência pela atuação do "capitão". No entanto, conforme situações locais e regionais, ou mesmo do subgrupo, a organização política da comunidade poderá variar.

É preciso assinalar os três aspectos da vida guarani que expressam, delineiam e compõem identitariamente o "modo de ser guarani". Respectivamente: a) o *ava ñe'ë* (*ava*: homem, pessoa guarani; *ñe'ë*: palavra que se confunde com "alma") ou fala, linguagem, que define identidade na comunicação verbal; b) o *tamõi* (avô) ou ancestrais míticos comuns e c) o *ava reko* (*teko*: "ser, estado de vida, condição, estar, costume, lei, hábito") ou comportamento em sociedade, sustentado por um arcabouço mítico e ideológico. Estes aspectos informam ao *ava*, homem guarani, como compreender as situações vividas e o mundo que o cerca, fornecendo pautas e referências para sua conduta social (SUSNIK, 1980: 12).

Nestes termos, variadas composições políticas, próprias a cada localidade, se estabelecem, na medida em que os agentes se inter-relacionam com forças políticas locais, como grupos familiares, profissionais, pessoas de prestígio e lideranças.

2.2.6 Tekoha: a territorialidade Guarani

Os Guaranis denominam os lugares que ocupam de *tekoha*, caracterizando-se neste o lugar físico onde se realiza o *teko*, o modo de ser, o estado de vida guarani. Sua significação engloba a terra, o mato, o campo, as águas, os animais, as plantas, os remédios, ou seja,

representa a efetivação de relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado. Idealmente este espaço deve incluir, necessariamente, o *ka'aguy*⁴, mato, elemento apreciado e de grande importância na vida desses indígenas como fonte para coleta de alimentos, matéria-prima para construção de casas, produção de utensílios, lenha para fogo, remédios etc.

Figura n.º 3 Plantio roça familiar Aldeia Bororó na RID



Fonte: Graciela Chamorro – Acervo CDR/FCH/UFGD

O *ka'aguy* é também importante elemento na construção da cosmologia, sendo palco de narrações mitológicas e morada de inúmeros espíritos. Indispensáveis no espaço guarani são as áreas para plantio da roça familiar ou coletiva e a construção de suas habitações e lugares para atividades religiosas.

Idealmente, deve ser um lugar que reúna condições físico-geográficas, ambientais e estratégicas que possibilitem compor uma unidade político-religiosa-territorial, a partir das relações entre famílias extensas. Deve conter, em seus limites, equilíbrio populacional, oferecer água boa, terras agricultáveis para o cultivo de roçados, áreas para a construção de casas e criação de animais. E, sobretudo, *ka'aguy*, que contenha em seu ecossistema animais para caça, águas com peixes, matéria-prima para casas e artefatos, frutos para coleta e plantas medicinais.

4 Para saber mais sobre a relação da cultura guaranítica com o *ka'aguy*, *vide*: SANGALLI, Andréia; LADEIA, Eliane da Silva; BENITES, Eliel; PEREIRA, Zefa Valdivina (orgs.). **Tekoha ka'aguy: Diálogos entre saberes guarani e kaiowá e o ensino de ciências da natureza**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018. BRAND, Antonio; COLMAN, Rosa S.; COSTA, Reginaldo B.. **Populações indígenas e lógicas tradicionais de desenvolvimento local**. Campo Grande, MS: Interações, v. 9, n. 2, p. 171-9, jul./dez., 2008.

Cabe fazer um comparativo na habilidade histórica dos Terena que foram trazidos para a Reserva Indígena de Dourados com o intenção de ensinar as técnicas agrícolas, por isso destacam-se neste área conforme afirma Troquez (2006, p. 41):

[...] os Terena estariam no topo da pirâmide, sendo considerados mais “desenvolvidos” e, portanto, superiores aos demais. Os Guarani viriam a seguir e, por último, os kaiowá os quais, por serem considerados os mais “atrasados” [...] nutriram um forte sentimento de “inferioridade”

Para se compreender de maneira mais profunda o sentido do *tekoha* guarani é necessário considerar devidamente as condições históricas nas quais os índios constroem suas representações. A situação dos diferentes subgrupos nas últimas décadas em relação à terra evidencia a necessidade de negociação de espaços a serem demarcados, sendo que, as reduzidas terras legalizadas estão intimamente ligadas às dificuldades de suplantar obstáculos gerados pela sociedade não indígena.

Em comparação com os territórios ocupados no passado, verifica-se drástica redução em relação à própria morfologia social dos grupos, com terras exíguas e desproporções na relação entre o número de famílias e o espaço disponível. Na constituição de um *tekoha* e na sua conceituação nativa, os fatores históricos de intervenção neocolonial são fundamentais, pois interrompem a continuidade territorial com a qual os índios estavam acostumados a lidar.

A situação histórica imposta pelo contato tipificou as relações entre os índios e os brancos a partir das primeiras décadas do século XX, quando houve esforços por parte do Estado em territorializar índios, constrangendo-os a espaços limitados e em fronteiras fixas. A imposição de regras de acesso e posse territorial por parte do Estado brasileiro, alheias às especificidades da territorialidade dos índios, teve consequências significativas na organização espacial guarani, em suas elaborações culturais e no gerenciamento das políticas de relacionamento interétnico. Desta maneira, entre os fatores mais significativos decorrentes de processos de territorialização, há entre os indígenas, o estabelecimento de papéis formais permanentes de mediação com o Estado e a reelaboração da memória do passado. (OLIVEIRA; BRAND, 1998)

Dadas as condições de ocupação de seu território até então, e em função da característica de se referirem aos lugares por seus acidentes geográficos ou pelo nome dos que ali residiam, não havia a necessidade dos guaranis refletirem sobre distâncias e fronteiras precisas para delimitar o lugar de número determinado de famílias extensas. Não era, até a chegada do branco, necessário exprimir medidas; simplesmente vivia-se com base no próprio costume; respeitava-se e fomentavam-se as regras do *teko*, modo de ser guarani.

Como decorrência da presença do colonizador, os guaranis passam fixar atenção nas regras dos brancos e a considerar espaços com superfície definida, o que é expresso pela representação do *tekoha*, que muitas vezes é confundida com a representação de “aldeia”, criada, entendida e pretendida pelos brancos. Neste sentido, Cavalcante (2013, p. 50) ressalta que:

É importante que se tenha em mente que aldeia e terra indígena não são a mesma coisa e que uma terra indígena pode comportar várias aldeias (assentamentos), como é comum ocorrer na Amazônia. No caso de Mato Grosso do Sul, normalmente cada terra indígena guarani ou Kaiová compõe-se de apenas uma aldeia (as exceções são a Reserva Indígena de Dourados, que é dividida em duas aldeias e a Terra Indígena Yvy Katu, que é dividida em três assentamentos).

Em vista do exposto, é inoportuno e limitativo procurar entender a territorialidade indígena como uma mera projeção de uma unidade político-religiosa num determinado espaço geográfico.

O *tekoha* deve ser compreendido de acordo com a realidade contemporânea que conduziu os índios a valorizá-lo e concebê-lo da forma como o fazem, com a consciência de que a recuperação plena do território do passado é uma empreitada inatingível. Portanto, mais do que ver os aspectos político-religiosos como externos às condições históricas de sua articulação, nos parece oportuno enxergar o *tekoha* como resultado e não como determinante, como um processo continuado de ajustamento situacional em torno da determinação de uma relação territorial entre índios e não índios. Assim sendo, o *tekoha* seria uma unidade política, religiosa e territorial, que deve ser definida em virtude das características efetivas, materiais e imateriais, de acessibilidade ao espaço geográfico por parte dos guaranis (MOTA, 2015).

Vista sob este prisma, a relação entre os guaranis e a terra ganha outro significado, inscrito na tradição cosmológica e na historicidade. Enfatizando-se a noção de *tekoha* enquanto espaço que garantiria as condições ideais para efetuar essa relação, os índios procuram reconquistar e reconstruir espaços territoriais étnica e religiosamente exclusivos a partir da relação umbilical que mantêm com a terra, ao passo que flexibilizam e diversificam a organização das famílias extensas, podendo assim manter uma relação articulada e dinâmica com o território mais ampliado, neste caso como espaço contínuo.

Cabe reiterar o fato de que o vínculo entre os índios e a terra não é genérico, não existindo, portanto, uma relação abstrata entre Guarani indiferenciados e lugar também indiferenciado; ao contrário, o que se estabelece é uma relação entre famílias extensas específicas que se vinculam historicamente a lugares precisos. O Guarani procura se manter o

mais próximo possível dos lugares de seus antepassados, deslocando-se circularmente ao redor deles sempre que são expulsos ou importunados pelos brancos.

Brand (2001) relata que há aqueles casos mais dramáticos de povos indígenas que perderam suas terras ou as viram demasiadamente reduzidas, fato que inviabiliza a sua exploração. Tal é o caso dos Kaiowá/Guarani que, a partir de 1978, começaram a reivindicar o direito de permanecer nas antigas aldeias ou, então, o de retornar àquelas já perdidas, começando uma luta para interromper uma prática histórica, comum em toda a região. Pois, enquanto fossem necessários como mão-de-obra nas fazendas, eles poderiam permanecer em suas aldeias tradicionais. Porém, concluído o desmatamento das propriedades, eram transferidos para outras reservas de terra, demarcadas pelo Governo Federal entre os anos de 1915 e 1928.

No campo antropológico constata-se que o processo de espoliação do território Guarani e Kaiová foi iniciado com a extração da erva-mate nativa, na qual, os índios, como alternativa de sobrevivência foram engajados como mão de obra dos grandes ervateiros que se estabeleceram na área. O “disciplinamento” das relações entre índios e brancos em Mato Grosso implicava o reconhecimento dos territórios 24 indígenas e sua consequente demarcação (MONTEIRO, 2003)

2.2.7 Nhandéva

Os Nhandéva são os indígenas componentes do subgrupo Guarani denominado também *Ava-Chiripa* ou *Ava-Guarani* (SCHADEN, 1974; NIMUENDAJU, 1978) ou, ainda, *ava-katu-ete* (BARTOLOMÉ, 1991). Nhandéva é segundo Egon Schaden (1974, p. 10):

[...] a autodenominação de todos os Guarani. Gostam de usar expressões como *Nhandévaekuere* (nossa gente), *Nhandéva ete* (é mesmo nossa gente). *Txe Nhandéva ete* (eu sou mesmo Guarani, um dos nossos) e outras semelhantes. Mas é a única autodenominação usada pelas comunidades que falam o dialeto registrado, por Nimuendaju, com o nome Apapukuva e que parece ter sido falado também pelos Tañigua e algumas outras hordas mencionadas por aquele autor. Proponho, por isso, que se reserve o nome Nhandéva para essa subdivisão. Pelos Mbya é apelida de *Txiripá*, “os Txiripázinhos”

O termo *Nhandéva* significa pessoa humana, índio guarani (DOOLEY, 1998). É, contudo, a única forma usada por aqueles que falam o dialeto que o etnógrafo Curt Unckel Nimuendajú⁵ levantou com o nome de Apapukuva (NIMUENDAJÚ, 1982; 1987),

5 Para conhecer mais da vida e obra deste indigenista, *vide*: BARUJA, Salvador Pane. **Curt Nimuendajú: O alemão que virou índio no Brasil**. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, Bochum/Alemanha, 2014.

denominação ao que parece, poderia se aplicar a um subconjunto Nhandéva pesquisado por este autor no início do século XX, e do qual não haveria notícias na atualidade.

Na literatura etnográfica estes Nhandéva são reconhecidamente denominados chiripa, Metraux, (1948) e Susnik (1961) referem-se a esse subgrupo como Chiripa-Guarani ou *Ava-Katu-Ete*, “homens verdadeiramente autênticos”, este último também usado por Bartolomé (1977), por outro lado, Cadogan (1959) apontava que, Ava Guarani seria a autodenominação utilizada por este povo.

Em Mato Grosso do Sul são conhecidos como Guarani e no Paraguai como Chiripa, em referência à vestimenta de sua tradição ritual que lhes é típica. Para efeitos de reconhecimento da especificidade deste subgrupo que fala uma língua guarani, parece ser recomendável designá-los pelo termo *Nhandéva*, que é o que utilizam quando falam sua língua, permitindo também que se fortaleça sua identidade como tal.

2.2.8 Kaiowá

Os Guarani-Kaiowás, como são conhecidos na literatura antropológica brasileira, de bom grado, aceitariam a designação de *paĩ*, título empregado pelos deuses habitantes do paraíso ao dirigir-lhes a palavra, como salientou Cadogan (1959). Entretanto, o nome que melhor lhes corresponde é o de *tavyterã* ou *paĩ-tavyterã*, que significa, habitante do povo ou aldeia da verdadeira terra futura, *távy-yvy-ete-rã*. Os Nhandéva referem-se a estes *paĩ-kaiowá* como *tembekuára*, orifício labial, por seu costume de perfurar o lábio inferior dos homens jovens onde se insere pequeno bodoque de resina em cerimônia de iniciação.

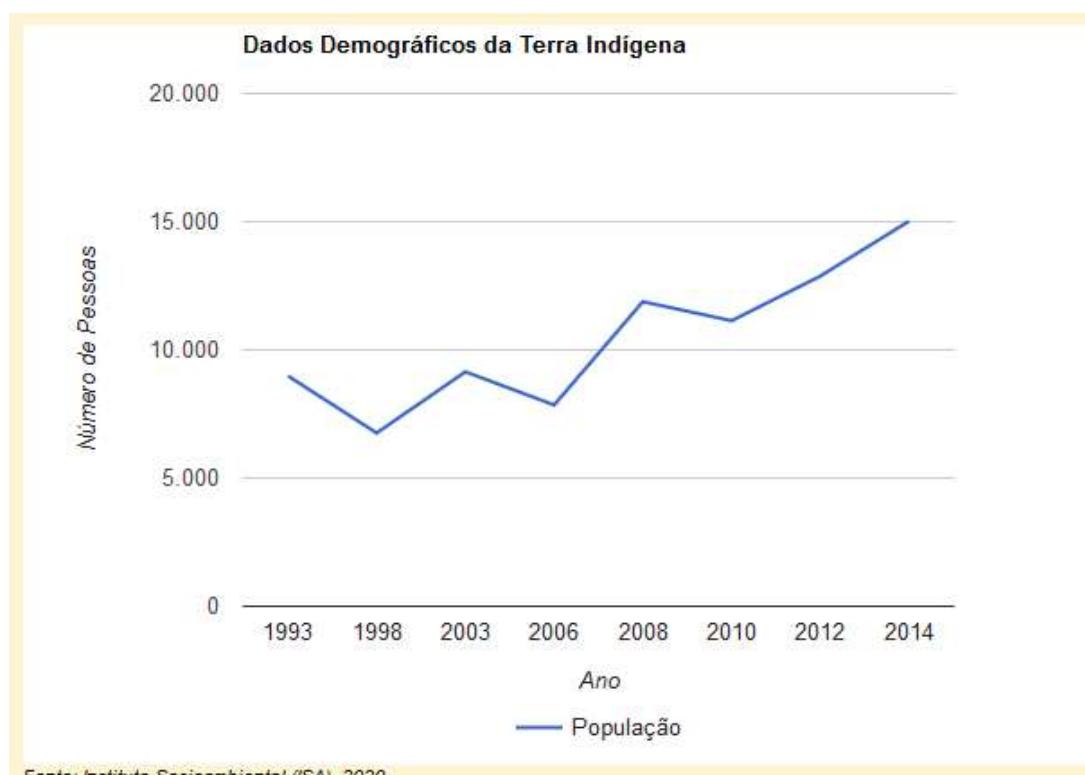
Habitando a região sul de Mato Grosso do Sul, os Kaiowá reivindicam territórios para aldeamento distribuídos por uma área que se estende até os rios Apa, Dourados e Ivinhema, ao norte, indo, rumo sul, até a serra de Maracaju e os afluentes do rio Jejui, no Paraguai, alcançando aproximadamente 100 Km em sua extensão leste-oeste, indo também a cerca de 100 Km de ambos os lados da cordilheira do Amambáí, que compõe a linha fronteiriça Paraguai-Brasil, inclusive todos os afluentes dos rios Apa, Dourados, Ivinhema, Amambai e a margem esquerda do Rio Iguatemi, que limita o sul do território Kaiowá e o norte do território Nhandéva, além dos rios Aquidabán, Ypane, Arroyo Guasu, Aguaray e Itanarã do lado Paraguai, alcançando perto de 40 mil Km². O território Kaiowá ao norte faz fronteira com os Terena, e ao leste e sul com os Guarani Mbya e com os Guarani Nhandéva (MELIÁ, 1986).

Na Reserva Indígena de Dourados estão substancialmente presentes em quantidade, no entanto, este quesito não indica que estejam proporcionalmente distribuídos nos postos de liderança.

2.3 A reserva indígena de Dourados em números

Ao completar recentemente em 3 de setembro de 2017 seus 100 anos, a reserva indígena de Dourados, é o retrato de um confinamento, e de uma tentativa de desintegração da cultura dos indígenas causada pelo contato com os valores das sociedades “brancas” e o resultado está relacionado ao abuso de entorpecentes, criminalidade, suicídios, miséria e abandono por parte do Poder Público.

Gráfico nº 1 - Dados demográficos da terra indígena

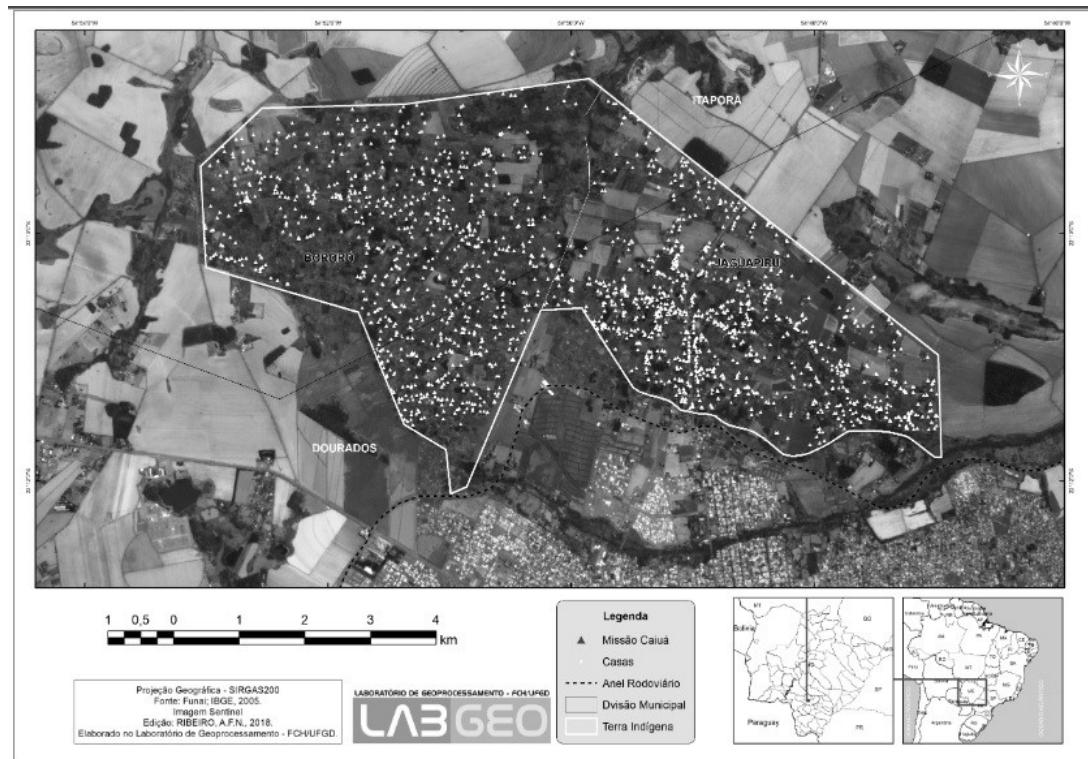


Fonte: Instituto Socioambiental (ISA), 2020

Pelo gráfico anterior percebemos uma escalada ascendente da densidade demográfica, o que agrava ainda mais os conflitos sob a ótica do confinamento imposto aos indígenas a partir da delimitação da reserva indígena. A própria organização socioterritorial imposta pelo SPI onde anteriormente os indígenas viviam em casas comunais e a partir da criação das reservas indígenas receberam lotes onde cada família nuclear deveria ter sua casa e trabalhar naquele pequeno espaço de terra semelhante aos colonos não indígenas. (CAVALCANTE, 2013; 2015).

No mapa abaixo é possível perceber a ocupação das casas dentro do reserva indígena de Dourados e sua proximidade da área urbana de Dourados o que torna pacífico o entendimento a influência pelos hábitos urbanos.

Mapa 4: Densidade populacional na Reserva Indígena de Dourados



Fonte: Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos. E-book, São Leopoldo: Karywa, 2019, p.8

O homem indígena na busca da sobrevivência tem sua vida marcada pela exploração, atualmente com subempregos na lavoura e nas usinas, e no passado nos ervais, onde destacou-se a ação da Companhia Mate Laranjeira. Passaram os anos e as condições de trabalho continuam as mesmas.

Tanto a utilização da mão-de-obra indígena em trabalhos relacionados ao agronegócio predominante no Brasil Meridional se faz presente na R.I.D., quanto diversas formas socioeconômicas e estratificações sociais decorrentes do contato com as sociedades: Brasileira, Douradense e Itaporanense. Afinal de contas, “transitaram” e “transitam” neste espaço também turistas, indigenistas, funcionários das secretarias de educação, da FUNAI, da FUNASA, missionários, pesquisadores, dentre outros, em constante “contato” com os indígenas. Os indígenas, por sua vez, “transitam” pela cidade por diversos motivos, como: estudo, trabalho, diversão, vendas de artesanato, de alimentos, “mendicância”, dentre outros motivos. Os meios de comunicação de massa como a TV e o rádio fazem parte do seu cotidiano e levam para dentro de suas casas as diversas programações veiculadas pela mídia.

A partir deste ponto podemos visibilizar a rádio Comunitária como um local de educação não formal, de socialização entre as diversas etnias, um espaço de expressão com a

possibilidade de fomentar a cultura, seus diversos ramos linguísticos, sua autoestima. No aspecto econômico a rádio poderá servir de instrumento para a indução do desenvolvimento local e trabalhar o fortalecimento da arte/cultura local proporcionando a visibilidade da economia criativa. A frase de Michel Foucault “A ficção consiste não em fazer ver o invisível, mas em fazer ver até que ponto é invisível a invisibilidade do visível” aplica-se à Reserva Indígena de Dourados quando como numa ficção é bem visível quando as mazelas (alcoolismo, prostituição, violência doméstica, etc) são amplificadas por meio dos discursos disseminados principalmente pelos meios de comunicação local.

A música da Banda de Rock Dagata e os Aloísios da cidade de Dourados, em seu álbum “A Rua dos Ipês” retrata na letra de Paulo Portuga/Fernando Dagata a invisibilidade social dos indígenas na faixa 7 intitulada “O índio invisível”. No trecho desta faixa diz [...] “Mas ninguém quer saber se matou foi o índio, se roubou foi o índio, se tá pedindo é o índio” [...] destaca que a visibilidade quando atribuída é negativa.

Figura nº 4: O índio invisível



Fonte: CD Dagata e os Aluizios A Rua dos Ipês – Faixa 7: O índio invisível

Neste contexto fica a reflexão se a Rádio Comunitária poderá servir de instrumento para que os povos indígenas que vivem na Reserva Indígena de Dourados possam apresentar sua versão dos fatos, assumir o protagonismo da informação dentro da aldeia.

Outra reflexão que podemos fomentar sob o olhar do desenvolvimento local, e pensando o indígena como o sujeito/agente do desenvolvimento é se a letra da música citada acima exprime as mesmas impressões sob a ótica do indígena que vive na Reserva Indígena de Dourados.

A percepção a partir do olhar de quem vive na Reserva Indígena de Dourados, e o saber construído a partir da vivência diária é fundamental na concretização de uma proposta de Desenvolvimento Local.

3 ENTENDENDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Constitui um desafio conceituar desenvolvimento considerando sua articulação sob concepção de progresso e bem estar da realidade ocidental. E, se projetarmos este desafio para nosso campo de análise na Reserva Indígena de Dourados onde há várias etnias, cada qual com sua visão de mundo e organização social distintas é ainda mais desafiador. E, a proximidade da área urbana de Dourados também influenciaria na formulação de um conceito de desenvolvimento.

Em caso análogo Brand *et al* (2008) evidencia o raciocínio, segundo o qual, pesquisas de senso comum tendem a considerar os indígenas perfeitamente integrados às nossas lógicas econômicas, portanto, não só com as mesmas demandas e necessidades, mas, também, com as mesmas concepções de bem-estar e qualidade de vida.

É ponto pacífico que todos necessitamos de moradia, segurança alimentar, saúde, educação. A dúvida é saber se o construir dos caminhos para contemplar estas necessidades são semelhantes desde as oportunidades de conquistar até a satisfação do alcance dos objetivos almejados. Brand *et al* (2008, p. 4) evidencia a relevância de atentar para a formulação de propostas de desenvolvimento com base na compreensão da organização social a ser beneficiada:

As perguntas mais relevantes na formulação de um programa de desenvolvimento local não dizem respeito à identificação do o que aquela comunidade busca ou deseja, ou seja, do problema vivenciado, mas sobre o como pretende resolvê-lo ou superá-lo. É aí que está a questão chave ou o problema de fundo posto para as nossas intervenções, em especial no que se refere a novas tecnologias. É no respeito à resposta à pergunta de como determinada população pretende incorporar nossos aportes, sejam eles quais forem, é que está a questão chave para o êxito de um projeto de desenvolvimento local.

Com esteio nas ideias de Brand a rádio comunitária pode utilizar a difusão para nortear a comunidade dos problemas existentes na Reserva Indígena de Dourados e como os agentes locais pretendem resolver ou superar. É o canal de comunicação aberto para a comunidade.

Neste sentido Ávila (2003) adiciona à construção conceitual de Desenvolvimento local o termo “desabrochamento”, no sentido de que as comunidades, de forma consciente, tenham a possibilidade de “voltar-se para dentro” e “abrir-se para fora”. O papel do cidadão como reclamante de seus direitos é destacado por Oliveira (2001, p.13-4):

[...] a noção de desenvolvimento local, como qualidade, ou ancora na cidadania, ou será apenas sinônimo de uma certa acumulação de bem-estar e qualidade de vida nos âmbitos mais restritos. A noção de cidadania que deve nortear a tentativa de mensurar os processos e estoques de bem-estar e

qualidade de vida refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto do indivíduo-massa; trata-se de uma aquisição por meio do conflito.

Para ampliar a percepção de progresso e bem-estar é importante compreender o território e seus movimentos onde estão os agentes do desenvolvimento local, bem como as forças que os influenciam.

3.1 Território

A conceituação de território inicialmente foi utilizada no estabelecimento das relações de domínio entre espécies, e posteriormente o conceito foi incorporada à Geografia, e na sequência a sociologia, ciência políticas e diversas outras disciplinas.

Raffestin (1993) considera que o conceito de espaço é relacionado ao patrimônio natural existente numa região definida e aí temos a primeira diferenciação conceitual de espaço e território.

O processo de confinamento imposto aos povos indígenas que vivem na Reserva Indígena de Dourados remete ao processo de construção territorial. Neste viés Santos (2002) denomina de reterritorialização, ou seja, a “redescoberta do sentido de lugar e da comunidade”.

Para contextualizar Brand *et al*, (2008, p. 7) com propriedade apresenta a situação dos Terena, Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul:

[...] há o caso dos povos indígenas que em decorrência de um processo histórico de confinamento vivem hoje em áreas de terra que inviabilizam qualquer perspectiva de sustentabilidade, estando-lhes como única alternativa a venda de sua mão-de-obra. Estão, nessa situação, os Terena e os Kaiowá e Guarani, no Mato Grosso do Sul. Qualquer proposta de desenvolvimento na perspectiva aqui analisada passa, necessariamente, pela ampliação dos territórios, não só por questões de ordem estritamente econômica, mas como exigência de sua organização social.”

A rádio comunitária indígena tem a função de facilitar este perceber das potencialidades existente pela comunidade, e assim conectar e estimular a cooperação com o objetivo de proteger e gerar desenvolvimento.

Segundo Galichio e Winchester (2003, p. 18), a multidimensionalidade do desenvolvimento local deve considerar quatro dimensões básicas:

- Econômica: relacionada à criação, acumulação e distribuição de riqueza;
- Social e cultural: referente à qualidade de vida, equidade e integração social;
- Ambiental: envolve os recursos naturais e a sustentabilidade a médio e longo prazo;

- Política: vinculada à governabilidade do território e à definição de um projeto coletivo específico, autônomo e sustentado pelos próprios atores locais.

A mudança de atitude deve vir por meio do conhecimento aliada às habilidades. Nesta tríade a rádio comunitária indígena pode servir de instrumento para a construção de um ambiente propício ao Desenvolvimento Local. Se existe a reserva indígena e esta possui terra fértil porque não discutir sobre técnicas de melhor aproveitamento do solo e seus nutrientes. Se existem rodovias limítrofes que liga Dourados a Itaporã, e um imenso anel viário que liga a região norte a região oeste porque não aproveitar estes espaços para comercialização e exposição das potencialidades indígenas seja para reforço da riqueza cultural, seja para benefício comercial.

3.2 Forças endógenas e exógenas, capital humano, a dimensão humana e a solidariedade ativa, etc

Brand (2008) informa que de acordo com as agências de desenvolvimento existem quatro formas básicas de capital: - o capital natural constituído, basicamente, pelos recursos naturais disponíveis em cada região; - o capital construído, referindo-se à infraestrutura, capital financeiro e comercial; - o capital humano, compreendendo os níveis de bem estar e educação da população e, finalmente; - o capital social (ou capital cultural, segundo outros), remetendo para o tecido social interno de cada comunidade, suas formas de organização, normas de comportamento, relações de reciprocidade.

Em tal perspectiva o capital humano pode constituir alternativa de desenvolvimento utilizando a rádio comunitária na Reserva Indígena de Dourados como instrumento de propagação de conhecimento e educação à comunidade.

Desta forma o capital humano pode criar alternativas de desenvolvimento local a partir do aprimoramento de capacidades oriundas do acúmulo de conhecimento e com isso gerar riquezas. Com o acúmulo de conhecimento também podemos criar habilidades para soluções de problemas, aumentar a produtividade e gerar desenvolvimento para a comunidade.

A educação à comunidade não precisa se limitar à Escola, a rádio quando em execução tem o potencial de atingir diversas faixas etárias e etnias e auxiliar neste processo de formação. Neste viés Durston (1999, p. 103) entende por capital social comunitário:

[...] el conjunto de normas, instituciones y organizaciones que promueven la confianza y la co-operación entre las personas, en las comunidades y e en la sociedad en su conjunto.

A dimensão humana de acordo com Max-Neef (1991, p.8) está na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração do crescimento do nível de autossuficiência e na construção de articulações orgânicas das pessoas com a natureza e tecnologia, e dos processos globais com as atividades locais.

Figura nº 5 – Indígena a caminho do trabalho



Fonte: elaboração própria

O ideal de desenvolvimento local deve considerar também a dimensão humana, superando o ponto de vista meramente econômico, como destaca Marques (2017, p.27):

Compreender o desenvolvimento local em contraposição à hegemonia do econômico implica inverter a lógica de visão, colocando o ser humano em situação de prevalência, em relação ao econômico. Essa postura teórica e prática implica a superação de um modo tradicional de conceber a riqueza material para adotar um modo mais coerente com a satisfação das necessidades humanas, de modo mais igualitário, sem desprezo dos méritos e esforços individuais na construção e gozo do bem-estar social.

Com base neste conceito a rádio pode utilizar a tecnologia a favor da comunidade respeitando sua cultura, seu modo de vida e ao mesmo tempo transformar uma pessoa-objeto numa pessoa-sujeito como descreve (MAX-NEEF, 1991, p.8):

[...] de uma pessoa-objeto para uma pessoa-sujeito no processo de desenvolvimento é, entre outras coisas, um problema de escala. Não há possibilidade para a participação ativa das pessoas em sistemas gigantescos organizados hierarquicamente e onde as decisões se dão de cima para baixo.

Temos ainda a solidariedade como fator de geração de sinergia para a conquista de objetivos individuais ou em grupo que geram bem-estar. Mesmo considerando a multietnicidade e as diferenças históricas entre os grupos da Reserva Indígena de Dourados a união e a cooperação de trabalho na Rádio Indígena de Dourados podem gerar frutos para toda a comunidade.

Necessariamente o confinamento posto a décadas a diversas etnias que vivem na Reserva Indígena de Dourados e a superpopulação contida nestas aldeias podem por meio da potencialização da comunicação via rádio comunitária criar a atmosfera necessária para o exercício da solidariedade ativa. Para tanto é necessária a mudança de atitudes e comportamentos destes grupos e indivíduos. O dinamismo do desenvolvimento depende da articulação e do uso dos recursos naturais e sociais locais existentes (MARQUES et al., 2001).

3.3 O viés da comunicação

A complexidade da Reserva Indígena de Dourados no que tange a divisão geográfica em duas aldeias (Jaguapiru e Bororó), na constituição étnica de diversos povos indígenas no mesmo espaço, com diversos costumes, hábitos e tempos diferentes de viver torna a tarefa um pouco mais árdua se pensarmos na implantação de um canal de radiodifusão.

Figura n° 6 – Casa na Aldeia Jaguapiru



Fonte: MENDES, 2019.

Mas aí está também a riqueza das diferenças que podem ajudar na compreensão, e no exercício da solidariedade ativa entre a comunidade.

Entre os principais tipos de comunicação temos a oral, a escrita e a não verbal. Naturalmente quando falamos em rádio difusão temos como ponto pacífico que a comunicação oral será a dominante. Pois é por meio do rádio que a comunicação entre emissor e receptor será estabelecida. No entanto sabemos que já é realidade em diversas rádios a transmissão simultânea da programação pela *Internet* podendo assim ampliarmos os tipos possíveis de relacionamento entre os comunicantes. Isto implica dizer que as possibilidades se multiplicam do modo de como enviar a mensagem para as diversas etnias e alcançar os melhores resultados de comunicação face a diferença entre os indígenas.

4 RÁDIO COMUNITÁRIA INDÍGENA

Para a viabilidade da Rádio Comunitária Indígena na Reserva Indígena de Dourados é preciso que os grupos interessados na condução de um projeto de radiodifusão estejam imbuídos da união de esforços em prol do desenvolvimento local.

Conceitualmente cabe esclarecer para melhor compreensão da proposta que este processo de melhoria contínua a partir da realidade vivida pelos indígenas da Reserva Indígena de Dourados com proposições construídas por estes agentes podemos denominar de Desenvolvimento Local. De outro modo um agente externo ao buscar uma solução sob sua perspectiva pode até analisar um território (Reserva Indígena de Dourados), e coletar suas impressões, sob sua ótica daqueles indivíduos que lá vivem (moradores da Reserva Indígena de Dourados) em busca de apresentar uma proposta que fatalmente será classificada como Desenvolvimento no local justamente pela ausência da criação da ideia pelos sujeitos.

Mas não basta seguirem os princípios mencionados do desenvolvimento local, é necessária a atenção ao contexto jurídico, a consciente distribuição da programação.

4.1 Lei nº 11.645/2018 - diretrizes e princípios legais

E para a segurança jurídica é determinante um Estatuto para a Rádio Comunitária que permita com a formulação de diretrizes e princípios definidos entre as etnias das duas reservas indígenas a construção de um documento de viabilidade técnica da rádio.

Neste contexto a Lei nº 11.645/2008, que determinou a inclusão da história e culturas indígenas nos currículos escolares, possibilitará o respeito aos povos indígenas e o reconhecimento das sócio diversidades no Brasil poderá nortear as ações principalmente no aspecto dos princípios da Rádio Comunitária já que a proposta foca uma Rádio de informação, de cultura, de inserção de conhecimento para que por meio do capital humano a Reserva Indígena de Dourados consiga ampliar seus horizontes e fomentar o desenvolvimento local.

4.2 Aspectos financeiro e legais

As regras para a criação da Rádio Comunitária Indígena são mais flexíveis se comparada a abertura de uma Rádio Comunitária fora do território indígena.

De acordo com o *site* do Ministério das Comunicações, o Serviço de Radiodifusão Comunitária é regido pela [Lei nº. 9.612/1998](#), que criou o serviço, e pelo Decreto nº. [2.615/1998](#), que regulamentou referida lei. No âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o Serviço de Radiodifusão Comunitário tem como norma a [Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC](#), alterada pela [Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC](#) e pela Portaria

[1.976/2018/SEI-MCTIC](#), que traz todas as regras sobre como serão processados os pedidos de outorga e, igualmente, como o Serviço deverá ser prestado.

Um dos grandes desafios de sobrevivência e sucesso da rádio comunitária indígena está na gestão administrativa. Naturalmente a rádio é um espaço por onde passam diferentes pensamentos, de diferentes origens, e este perfil fica ainda mais acentuado com o cenário posto da reserva indígena de Dourados onde temos a multietnicidade presente, grupos familiares diversos, comportamentos e manifestações orais diversificadas.

No aspecto financeiro os gestores da rádio devem buscar parcerias com empresas e projetos locais podendo os colaboradores receberem o benefício da divulgação de seus produtos ou projetos dentro de critérios pré-estabelecidos de mensuração proporcional desta parceria e do tempo de veiculação da divulgação. Outro meio de captação de recursos está na participação em Editais nacionais e internacionais; e na busca de parceria governamental.

4.3 Fases de criação, construção e manutenção do projeto.

A produção de um meio de comunicação como a rádio comunitária está vinculada ao conjunto de decisões que possibilitam a existência desta e a forma de apropriação que este grupo gestor faz para que tenha a denominação de rádio comunitária. O processo de gestão possui liderança de uma ou mais pessoas, o projeto e a articulação coletiva.

Quadro nº 2 – Modelo Teórico de Gestão de uma Rádio Comunitária (com adaptações do original)

Mediação	Gestão em Rádio	Alcance dos receptores
Normativo jurídico (limites e possibilidades da Lei, Fiscalização)	Liderança (conselho da rádio, capitania, lideranças, representante das etnias)	Audiência (Utilização da grade de programas pelos ouvintes)
Economia local (economia criativa presente na reserva, produtos naturais, potencialidades e inovações)	Projeto e Articulação Coletiva (Estatutos da Associação, regras e regimento da rádio comunitária, frequência da participação dos representantes)	Interação ouvintes-rádio (Telefonemas, entrevistas, visitas nas casas, histórias de vida, oralidade)

Afirmiação de identidades (tradições, história, oralidade, cultura local)	Produção capacidade técnica e programação (grade de programação da rádio, profissionais, formação e recursos materiais).	Conflito de interesses (gestão de crises, decisão do conselho da rádio)
---	--	---

Fonte: Maria Terezinha da Silva. Gestão e mediações nas rádios comunitárias: um diagnóstico do Estado de Santa Catarina. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.30, nº.1, p. 5, jan./jun. 2007

4.4 Experiências de rádio

As experiências de outras rádios que envolvem comunicação comunitária que serão apresentadas tem por objetivo nortear possibilidades que necessariamente podem ou não ser aplicadas a realidade da Reserva Indígena de Dourados.

Para melhor compreensão do contexto de uma rádio indígena percebemos a necessidade de conhecer uma rádio indígena em operação. Captar os pontos positivos e negativos do processo de construção e manutenção de uma rádio, e a vivencia desta na aldeia indígena em função de sua programação.

Desta forma optamos por estabelecer contato via *Skype* com um dos fundadores da 1^a Radio Indígena WEB no país, o indígena Anápuaká Tupinambá (Rádio Yande). Como já mencionamos o modo da comunicação comunitária pode variar de acordo com as opções tecnológicas oferecidas à época.

Na concepção de Anápuaká Tupinambá a rádio serve como veículo de comunicação e integração entre os povos nos mais variados lugares no planeta. Apesar de sua programação estar voltada para as aldeias indígenas no Brasil, existe também o intercâmbio de informações, troca de experiências e participações esporádicas na rede internacional de rádio indígenas.

A participação de diversas etnias na programação da Rádio Yande remete a experiência vivida na Reserva Indígena de Dourados se considerarmos a multietnicidade existente.

Figura n.º 7 - Visita à Rádio da Aldeia Limão Verde em Aquidauana / MS



O indígena Joadir Terena (gerente da Rádio) e seu auxiliar Jorge Souza

Conhecemos também a experiência e programação da Rádio Kopenoti localizada na Aldeia Limão Verde no Município de Aquidauana/MS e gerenciada pelo indígena Joadir Terena.

4.4.1 Rádio Yande WEB

Após diversas tentativas, conseguimos conversar com Anápuaká Tupinambá, como auto se denomina “um comunicador nato”, formado em Gestão de Marketing, criador do conceito de etnomídia indígena brasileira, tem experiência em várias mídias analógicas e digitais, e é um dos fundadores da Rádio Indígena WEB Yande, a mais antiga rádio web indígena (início das atividades em 11/11/2013).

Por meio da ferramenta de comunicação Skype conversamos de Campo Grande/MS com a presença ao lado de meu orientador Professor Heitor Romero Marques com Anápuaká Tupinambá diretamente do Rio de Janeiro/RJ. Importante salientar que foi possível constatar de início o domínio de Anápuaká com a comunicação e com a preocupação do conteúdo indígena na programação da rádio.

Em seu Portal na internet a Rádio Yande registra ter como objetivo a difusão da cultura indígena por meio da visão tradicional utilizando os instrumentos de comunicação existentes, agregando a velocidade e o alcance da tecnologia. A convergência das mídias mesmo nas mais

remotas aldeias e comunidades indígenas é citada como uma realidade possível indicando o uso da radiodifusão como instrumento de integração e importante forma de valorização e manutenção cultural.

Neste contexto entendemos que a proposta executada pela Rádio Yande oferece elementos similares as necessidades da Rádio Comunitária na Reserva Indígena de Dourados, o que iremos detalhar na apresentação da proposta desta dissertação.

No que tange a constituição administrativa da rádio Yande é possível perceber que a direção é descentralizada e estes agentes geram e recebem conteúdo das diversas aldeias e etnias no país criando assim uma rede de comunicação e troca de experiências.

Esta flexibilidade de atuação dos agentes diretivos também é notável quanto a independência de um estúdio para a criação de conteúdo, pois os membros da rádio utilizam seus respectivos aparelhos de celular para adicionar conteúdo na programação da rádio.

O formato de rede também está presente num âmbito maior na participação da rádio na mídia indígena mundial noticiando e reproduzindo os acontecimentos mais relevantes ao universo indígena.

Ainda quanto a programação a rádio Yande se apresenta como um difusor de conteúdo informativo e educativo que trazem aos seus ouvintes um pouco da realidade indígena no Brasil. No site avançam nesta descrição da rádio ao afirmar que a comunicação exerce o papel de acabar com estereótipos e preconceitos ocasionados pela falta de informação especializada indígena.

O conteúdo gerado pela rádio Yande é diversificado e vai além de músicas indígenas executadas nas mais variadas etnias. A programação está *on line* 24 horas com entrevistas, poesias, depoimentos, mensagens e debates. Como exemplo podemos citar: **Yandê Connection** – programa no estilo Talk Show (entrevistas) com diversas pessoas ao redor do mundo; **Papo na Rede** – programa de variedades com o protagonista indígena relatando seu cotidiano; Roda de prosa – programa com debates sobre as questões indígenas; **Comunica Parente** – programa interativo com a veiculação de mensagens enviadas à redação com os mais variados fins – reclamação, denúncia, história, depoimento, poesia, enfim, um espaço aberto para a comunidade indígena se manifestar; **Programa de índio** – programa voltado para a manifestação do pensamento, história, luta e cultura dos povos indígenas; e **Notícias da ONU** – retransmissão dos serviços de multimídia da Organização das Nações Unidas com as informações/discussões que acontecem na Sede da ONU e no mundo.

Cabe ressaltar que a rádio Yande foi configurada para a WEB contudo é possível adaptarmos a programação citada a realidade da Reserva Indígena de Dourados e ao modelo rádio comunitária a ser proposto mantendo-se a essência de valorização da cultura indígena.

Quanto a criação da Rádio Comunitária Anapuaká Tupinambá deixa claro sobre a necessidade de cumprimento dos aspectos jurídicos e das despesas tributárias de criação e manutenção da rádio.

4.4.2 Rádio Kopenoti – Aquidauana MS

A visita na Aldeia Limão Verde teve como objetivo constatar in loco o funcionamento de uma rádio comunitária indígena. Para tanto fomos recebidos pelo Diretor da Rádio Kopenoti o indígena Joadir Terena no salão social da comunidade onde nos foi oferecido o tradicional tereré, bebida típica de erva mate tomado com água gelada. Além do Diretor da rádio tivemos a companhia do Pastor da comunidade que fez questão de acompanhar nossa visita. A expectativa inicial era conhecer a programação da rádio comunitária indígena e constatar a difusão de conteúdo indígena para a comunidade. Contudo a riqueza da visita e da pesquisa esteve na possibilidade de perceber que a realidade não se adequava ao imaginado.

Desta forma foi possível identificar os elementos divergentes e de risco na existência da rádio nos moldes do que entendemos ser uma rádio comunitária indígena.

Para tanto detalhamos os seguintes aspectos: a rádio possui programação evangélica em diversos momentos do dia. Para a manutenção da referida rádio a igreja auxilia nos custos o que pode ser interpretado como uma ação dominante e de cooptação. Cabe esclarecer que na programação de uma rádio comunitária indígena o foco deve ser educativo e informativo de conteúdo estritamente indígena.

Na oportunidade Joadir Terena relatou sobre o apoio de um Vereador do Município de Aquidauana. A referida ajuda financeira pode ser interpretada como cooptação política e que em médio prazo pode trazer prejuízo para a própria rádio visto que o campo da neutralidade política foi afetado. Para fins de pesquisa a visita na Aldeia Limão Verde apesar do funcionamento pleno da rádio naquela aldeia trouxe a oportunidade de reflexão sobre alguns pontos a confrontar num projeto de Rádio Comunitária Indígena. Considerando o aspecto educativo e informativo a cooptação seja político partidária, seja político religiosa são elementos que precisam ser tratados com cautela mesmo que pesem os fatores financeiros de manutenção da Rádio em face da independência das ações, enfim, a Rádio não deve se tornar refém de agentes externos.

4.4 Educação não formal

A Rádio Comunitária possui papel relevante na difusão da informação e da cultura. E neste sentido é necessário que o agente de Desenvolvimento Local fomente na programação conteúdo tradicional, que reforce a identidade das etnias.

É possível observar que o uso da língua originária, independente da etnia, não é predominante. E que as crianças até pela proximidade da área urbana estão habituadas a se comunicarem na língua portuguesa, inclusive é possível observar a ocupação dos espaços públicos nas regiões próximas da aldeia.

Figura nº 8 – Crianças indígenas em sua inocência ocupando espaço público no centro de Dourados.



Fonte: elaboração própria.

Além do papel formal desempenhado pelas escolas junto as crianças e jovens, a Rádio Comunitária pode ser difusora de educação não formal e para um público muito maior atingindo todas as faixas etárias. Por meio das músicas, das poesias, dos debates e da valorização linguística das etnias o processo de formação pode ser exponencialmente benéfico a Reserva Indígena de Dourados.

4.5 Socialização

As Aldeias Bororó e Jaguapiru por meio dos indígenas que lá vivem constituem-se em organismos vivos onde são frequentes, e se destacam as práticas esportivas nos diversos campos e na Vila Olímpica; encontros culturais normalmente agendados nas Escolas; reuniões entre lideranças/capitanias e manifestações religiosas/culturais nas Casas de reza.

Os campeonatos de futebol são frequentes, e prática comum tanto para homens como também por mulheres. Constitui uma atividade que hoje une faixas etárias variadas, famílias das mais variadas localidades da Reserva Indígena de Dourados.

Foto nº 9 – Campeonatos de Futebol nos fins de semana no campo da Aldeia Jaguapiru



Fonte: elaboração própria

A considerar sua extensão geográfica a Reserva Indígena de Dourados (composta das Aldeias Jaguapiru e Bororó) possui relativa dificuldade de reverberar todos os acontecimentos. A Rádio Comunitária Indígena pode servir de canal integrador da comunidade, e por meio desta ampliação das relações sociais alavancar conceitos que estão a orbitar o desenvolvimento local como território, capital social, participação ativa do cidadão, efetivo controle social, fortalecimento da sociedade e empoderamento do grupo social.

4.4.1 Espaço e Expressão (Auto estima/comercial/cultural/língua)

Na Reserva Indígena de Dourados existem espaços que podem ser utilizados pela comunidade indígena para agregar valor cultural, estimular o sentido de consciência das riquezas naturais existentes e dos produtos gerados em seu território e por consequência atribuir valor comercial. Um exemplo que podemos citar são os alimentos cultivados na Reserva agregando a imagem do uso racional dos recursos naturais na aldeia e da proteção ambiental.

Figura nº 10 – Concursos de beleza indígena – Autoestima



Fonte: elaboração própria.

Anualmente, mais especificamente no mês de abril, acontece o concurso de *miss e mister* indígena na Reserva Indígena de Dourados, onde todas as etnias se movimentam para apresentar seus candidatos e valorizar sua etnia por meio do grafismo, dos seus hábitos e de modo geral é um momento de reforço da identidade. Apesar de existirem poucas críticas sobre o modelo “importado” é fato que o grupo da AJI – Ação dos Jovens Indígenas que organiza busca apresentar os valores da comunidade e reforçar a autoestima dos participantes e da comunidade servindo assim o concurso de beleza como instrumento de valorização da identidade.

A valorização das mais diversas expressões culturais (dança, artesanato, rituais, língua) podem ser utilizadas na programação como referencial da identidade indígena.

Figura nº 11 – Exposição e venda de Artesanato na Vila Olímpica – Aldeia Bororó



Fonte: elaboração própria

No que tange a economia criativa a própria Rádio Comunitária Indígena pode estimular a comunidade das Aldeias por meio da divulgação das inovações que possuem sua origem na Reserva Indígena.

A Rádio Comunitária Indígena pode assumir seu papel de inclusão social com o fortalecimento das riquezas outrora esquecidas por outros meios de comunicação ou mesmo não visível entre os próprios moradores.

Valorizar o agente local é fomentar a mobilização social na busca do desenvolvimento, ativar o poder criativo até então inerte torna o movimento endógeno propício ao desenvolvimento local.

4.4.1 Estratégias de comunicação para fortalecer arte/cultura, fomento do desenvolvimento

O cenário multiétnico posto na Reserva Indígena de Dourados proporciona a convergência de riquezas oriundas de diversos povos indígenas, e esta diversidade constitui a base da estratégia de comunicação para identificar a Rádio Comunitária Indígena. Tornar a programação da Rádio um instrumento de inclusão social a ponto do ouvinte perceber que está representado.

A ativa participação do cidadão na programação da Rádio conecta este importante meio de difusão com a voz do povo indígena que vive nas Aldeias. Por meio dos debates culturais entre os indígenas, da presença da rádio nos eventos e acontecimentos mais relevantes na Reserva Indígena esta conexão criará um vínculo perene e duradouro.

Dentro do seu território de irradiação a Rádio Comunitária deve abrir espaço para o exercício da cidadania e do controle social sobre a gestão pública. Vale o alerta para os cuidados que devemos tomar em relação a cooptação político partidária ou mesmo a cooptação político religiosa. A Rádio deve exercer o domínio no sentido de garantir a livre expressão e de forma democrática sem deixar ser instrumentalizada.

O respeito ao espaço de participação de todas as etnias na programação da Rádio Comunitária Indígena é essencial para o fortalecimento de modo equânime dos povos indígenas que lá vivem. O empoderamento social é consequência desta participação.

No campo econômico a Rádio Comunitária Indígena pode por meio da radiodifusão promover o fortalecimento e a diversificação da economia local e assim garantir que os agentes inovadores tenham visibilidade na Reserva Indígena.

Outro ponto observado na Reserva Indígena de Dourados é a riqueza de conhecimentos oriundos dos povos da terra, seja no âmbito ambiental, seja na dança, no artesanato e em seus rituais. Este capital intelectual possui grande potencial de gerar valor econômico. São expressões que possuem valor único e quando apresentadas adequadamente podem fomentar o desenvolvimento local.

4.4.2 Rádio como indutora do desenvolvimento

A Rádio Comunitária Indígena é um potente instrumento de comunicação que possibilita tem o potencial por meio de seus agentes locais e da comunidade de ser protagonista e estabelecer intervenções endógenas, de apresentar oportunidades no campo da economia criativa, da dimensão humana e do capital humano.

Os operadores da rádio devem buscar as experiências, as trajetórias que resgatam a história da reserva como meio de manutenção da memória dos povos que lá vivem. As lideranças mais antigas e os anciões podem exercer papel precioso na coleta e divulgação por meio da narrativa de suas histórias pessoais de vida. Além de processo de inserção dos indígenas mais velhos na participação da programação da rádio, temos o aspecto da preservação da história local.

Neste sentido a rádio indígena deve focar seus esforços na veiculação de conhecimento, no respeito a multiculturalidade e a multietnicidade. O desenvolvimento passa

pelo perceber indígena de seu território e de sua identidade cultural como argumenta, Brand (2001, p. 2) ao afirmar que:

[...] um projeto de desenvolvimento em escala humana remete, necessariamente, ao conhecimento e ao respeito à diversidade cultural. Todavia, não se deve tomar a noção de respeito à diversidade cultural no sentido considerado pelo capital globalizado, que busca transformar a diversidade em produto exótico, passível de venda no mercado: mas deve-se tomá-la como referencial básico para o protagonismo do local nos processos de desenvolvimento em escala humana.

Enaltecer as potencialidades da Reserva Indígena por meio do rádio constitui estratégia para a percepção dos próprios parentes das riquezas culturais existentes no local. E somente os indígenas que lá estão na Reserva Indígena de Dourados conhecem tão bem o seu território para poderem indicar as potencialidades existentes e difundi-las na rádio comunitária.

Na construção de alternativas Brand (2001) em seu artigo publicado na Revista Interações descreve sobre as Unidades experimentais de produção de alimentos e artesanato em Caarapó (A proposta Unidades Experimentais foi elaborada em conjunto com Katya Vietta, assessora antropológica do Programa Kaiowá/Guarani) na busca de Desenvolvimento local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul, onde considera:

Os objetivos das Unidades experimentais de produção de alimentos e artesanato são viabilizar no interior das áreas indígenas e diretamente articulado com as escolas da comunidade, espaços experimentais onde os alunos possam, com acompanhamento técnico qualificado, pesquisar e desenvolver alternativas de produção e beneficiamento de alimentos e artesanato, a partir de tecnologias alternativas, sem o uso de agrotóxicos e apoiados em seu conhecimento e experiência histórica específica. Pretende-se obter não apenas melhorias na alimentação consumida pela comunidade, mas também construir alternativas de geração de renda e sustentabilidade.”

Para o nosso caso em tela, podemos utilizar a comunicação em prol das alternativas aplicadas na Reserva Indígena de Dourados e na divulgação destas boas práticas a toda a comunidade. Tornar a radiodifusão um instrumento multiplicador de conhecimento a partir da percepção da realidade pela comunidade da Reserva e com o auxílio técnico dos órgãos oficiais visando a transferência de tecnologia e o protagonismo indígena.

Vale ressaltar que intervenções no ambiente e nas comunidades indígenas alvo de mudanças precisam ter o cuidado de apoiar-se em base histórica e cultural daquele local.

Como exemplo da afirmação acima os processos de produção e distribuição são próprios da comunidade, e como afirma Brand (2001) as economias indígenas, ou economias

tradicionais, são organizadas a partir do parentesco no caso do povo Guarani, e a produção é tradicionalmente voltada para o exercício da reciprocidade e não para o mercado, fato que caracteriza uma economia antiexcendente diferente da economia nas sociedades ocidentais.

Deduz-se que no caso em tela a Rádio Comunitária necessita se conhecer e possuir membros na composição da Diretoria da Rádio que defendam e preservem estas diferenças de cunho histórico e cultural.

4.6.4 Perigo de instrumentalização e controle político da Rádio Comunitária

O domínio administrativo deve garantir que os normativos aprovados para garantir a liberdade de expressão, o uso educativo, e cultural sejam preservados. Para isso a independência financeira além de viabilizar as ações administrativas, também servirá de antídoto às tentações e ofertas que podem cooptar a Rádio.

Figura n.º 12 - Vista aérea da sede da AJI - Ação dos Jovens Indígenas



Fonte: MENDES, 2020.

5 PROPOSTA ARQUITETÔNICA

A proposta arquitetônica a seguir apresentada foi concebida pelo Arquiteto Fernando Camilo de Carvalho Junior, Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica Dom Bosco e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da UCDB.

Figura n.º 13 – Pavimento Térreo



Fonte: Elaborado pelo Arquiteto Fernando Camilo de Carvalho Junior

Figura n.º 14 – Pavimento Superior



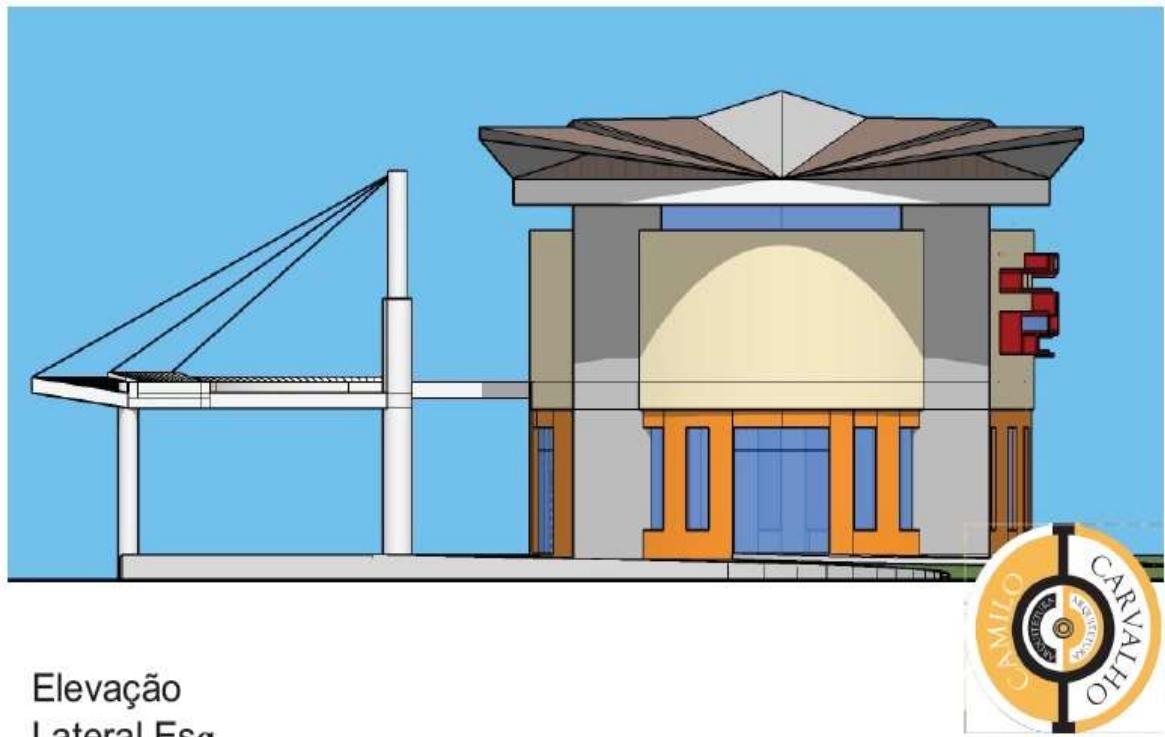
Fonte: Elaborado pelo Arquiteto Fernando Camilo de Carvalho Junior

Figura n.º 15 – Elevação Frontal



Fonte: Elaborado pelo Arquiteto Fernando Camilo de Carvalho Junior

Figura n.º 16 – Elevação Lateral Esquerda



Fonte: Elaborado pelo Arquiteto Fernando Camilo de Carvalho Junior

Figura n.º 17 – Elevação Lateral Direita



Fonte: Elaborado pelo Arquiteto Fernando Camilo de Carvalho Junior

Figura n.º 18 – Elevação Posterior



Fonte: Elaborado pelo Arquiteto Fernando Camilo de Carvalho Junior

Figura n.º 19 – Perspectiva Face Posterior



Fonte: Elaborado pelo Arquiteto Fernando Camilo de Carvalho Junior

Figura n.º 20 – Perspectiva Face Lateral



Fonte: Elaborado pelo Arquiteto Fernando Camilo de Carvalho Junior

Como já denominada as telas acima apresentadas constituem os diversos ângulos e perspectivas de uma proposta arquitetônica que na sua concepção se preocupou dentro de um olhar técnico exprimir o cenário de multietnicidade presente na Reserva Indígena de Dourados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste período de observação percebemos a presença na Reserva Indígena de Dourados de duas características: a multietnicidade e a riqueza de sua cultura. Ao concluir nossas percepções e trazer uma perspectiva de desenvolvimento para a RID a partir da criação de uma rádio comunitária e todas as suas variáveis de comunicação comunitária para que seus agentes locais e suas lideranças possam avaliar e necessariamente lapidar com base na sua concepção de tempo, de território e de realidade vivida.

As oportunidades surgem deste movimento que nasce dentro da reserva indígena pelos agentes locais da própria aldeia Jaguapiro e Bororó. São esses os detentores de uma saber que carrega as peculiaridades do local que vivem.

Oportunidades, embora muito poucas quando se trata de populações indígenas, devem ser aproveitadas, e as ameaças monitoradas para a sobrevivência e manutenção da rádio. É um romper de ações que exigem coragem para adotar novas tecnologias e prudência para não esquecer sua própria história, sua cultura, sua identidade. Estas novas tecnologias precisam ser indianizadas com formas próprias de compreensão da exterioridade num contexto de assimetria com a interioridade, pois a interação não é harmônica e se desenvolve no interior de colonialidades.

O trabalho alcança sua relevância a partir do momento que auxilia na mudança de comportamento pró desenvolvimento, a partir do momento que o instrumento rádio comunitária auxilia no fortalecimento do que influencia positivamente a comunicação das pessoas que lá vivem, considerando suas peculiaridades.

As mazelas preocupam em qualquer lugar, principalmente para os mais de 19 mil indígenas que vivem confinados há mais de cem anos em 3.474 hectares, no entanto, com os princípios do Desenvolvimento Local mencionados neste trabalho a mudança de atitude pode fortalecer coletividades, é como se a comunidade pudesse reconectar-se com suas memórias silenciadas para retomar potencialidades, exercendo uma comunicação por si mesmo, ocupando espaços na territórios dos discursos e da rádio difusão. Além de informação, a rádio com veículo de conhecimento já é um potencial transformador cuja onda pode ser amplificada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de. **O projeto kaiowá-Nhandéva**: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos guarani-kaiowá e Guarani-Nhandéva contemporâneos do Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ; Museu Nacional, dissertação de mestrado em antropologia social, 1991.
- ALONSO JUNIOR, José Lazaro. **Territórios de conflito**: contribuição da Geografia para a questão da identidade territorial a partir das relações entre indígenas e fazendeiros na região de Dourados/MS. Dourados/MS: Universidade Federal da Grande Dourados, dissertação de mestrado em geografia, 2011.
- AZANHA, Gilberto. **As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul**. Brasília, DF: Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, v.2, n.1, p. 61-111, jul., 2005.
- BARBOSA, Antonio Lemos. **Pequeno vocabulário tupi-português**. Rio de Janeiro, RJ: Livraria São José, 1951.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As etnogêneses**: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. Rio de Janeiro, RJ: Mana, vol. 12, nº 1, abr., 2006.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **Chamanismo y religión entre los Avá-Katú-Eté del Paraguay**. México, DF: Instituto Indigenista Interamericano, Serie de Antropología Social nº 17, 1977, 2^a ed., Asunción, Paraguay: Biblioteca Paraguaya de Antropología, nº 11, 1991.
- BARUJA, Salvador Pane. **Curt Nimuendajú**: O alemão que virou índio no Brasil. Bochum, Alemanha: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, 2014.
- BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC, 2000.
- BRAND, Antônio. **O confinamento e seu impacto sobre los Pai-Kaiová**. Porto Alegre, RS: PUC-RS, dissertação de mestrado em história, 1993.
- BRAND, Antônio. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiová/Guarani**: Os difíceis caminhos da palavra. Porto Alegre, RS: PUC-RS, tese de doutorado em história, 1997.
- BRAND, Antônio. **Quando chegou esses que são nossos contrários**: A ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiová/Guarani no Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Multitemas, n. 12, p. 21-51, nov., 1998.
- BRAND, Antonio; COLMAN, Rosa S.; COSTA, Reginaldo B.. **Populações indígenas e lógicas tradicionais de desenvolvimento local**. Campo Grande, MS: Interações, v. 9, n. 2, p. 171-179, jul./dez., 2008.
- BRAND, Antônio. **Desenvolvimento local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul**: a construção de alternativas”, publicado no v. 1, n. 2, da Revista interações.
- BUCKER, Hélio Jorge; BUCKER, Ivete Bastos. **Nas pegadas de Rondon**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

CADOGAN, León. **Ayvu Rapyta**: Textos míticos de los Mbya-Guaraní Del Guairá. São Paulo, USP: Antropologia, n. 5, Boletim n. 227 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1959.

CARVALHO, Edgard de Assis. **As alternativas dos vencidos**: índios Terêna no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARVALHO, Mauro Luiz. **Tempo, aspecto e modalidade na língua guarani mbyá (Tambeopé)**. Brasília, DF: UNB, dissertação de mestrado em linguística, 2013.

CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. **Dicionário de tupi (antigo) português**. Salvador, BA: Moacyr Ribeiro de Carvalho, 1987.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade**: a luta pela terra dos Guarani e Kaiová em Mato Grosso do Sul. Assis, SP: UNESP, 2013.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

DA SILVA, Maria Terezinha. **Gestão e mediações nas rádios comunitárias**: um diagnóstico do Estado de Santa Catarina. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.30, n.1, p. 151-173, jan./jun. 2007

DURSTON, John. **Construyendo capital social comunitário**. CEPAL (69). Santiago: CEPAL, 1999.

DOOLEY, Robert (org.). **Léxico guaraní, dialeto Mbyá**: Versão para fins acadêmicos com acréscimos do dialeto Nhandéva e outros subfalares do sul do Brasil. Porto Velho, RO: Sociedade Internacional de Linguística, 1998.

ESTERCI, Neide. Changa: Conhecendo o jeito de viver dos brancos. In: ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade**: Um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, p. 54-8, 2008.

ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade**: Um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicuru e Guaná no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX**. São Paulo, SP: Revista de Antropologia, USP, v. 52, n° 1, 2009.

FOUCAULT, Michel. *La fiction consiste donc non pas à faire voir l'invisible, mais à faire voir combien est invisible l'invisibilité du visible citado em "Qu'est-ce qu'un espace littéraire?"* - Página 31, de Xavier Garnier, Pierre Zoberman, Pascale Hellégoarc'h, Maarten Van Delden - Publicado por Presses universitaires de Vincennes, 2006 ISBN 2842921852, 9782842921859 - 206 páginas

GALLICHO, E.; WINCHESTER, L. Territorio local y desarrollo. In: _____. (Ed.). **Territorio local y desarrollo**: experiencias en Chile y Uruguay. Santiago de Chile: Ediciones SUR; CLAEH, 2003. p. 15-24.

LADEIRA, Maria Elisa Martins. **Língua e história**: análise sociolinguística em um grupo Terena. São Paulo, SP: USP, tese de doutorado em semiótica e linguística geral, 2001. 179 p.

LEITE, Fábio Henrique Cardoso. **O Kaiová de Dourados**: sua vida espiritual num contexto histórico. Dourados, MS: UFMS, CPDO, dissertação de mestrado em história, 2004.

MACHADO, Almires Martins. *Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marãe'y*: de sonhos ao oguatá guassu em busca da(s) terra(s) isenta(s) de mal. Belém, PA: UFPA, tese de doutorado em antropologia, 2015.

MARQUES, Heitor Romero. et al. **Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul**: reflexões e perspectivas. Campo Grande: UCDB, 2001.

MAX-NEEF, Manfred. **Human scale development**: conceptions, applications and further development. Contribuition from Antonio Elizalde, Marion Hopenhayn. New York: Apex Press, 1991.

MELIÀ, Bartomeu. *El Guarani conquistado y reducido*. Asunción, Paraguay: Ensayos de etnohistoria, 1986.

MELIÀ, Bartomeu; GRUNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. *Los Paî-Tavyterã*: etnografia Guarani del Paraguai contemporâneo. Asunción, Paraguay: Separata del Suplemento Antropológico de la Revista del Ateneo Paraguayo, Centro de Estudios Antropológicos de La Univerdad Católica, v. 9, n. 1-2, 1976.

METRAUX, Alfred. *Handbook of south american indians*. Washington, D.C., EUA: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, 1948.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela des-colonização na reserva indígena e nos acampamentos-tekoha – Dourados/MS. Presidente Prudente, SP: UNESP, tese de doutorado em geografia, 2015.

Monteiro, Manoel. **Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiwá**. 1a ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio; 2003.

MURA, Fábio. **À procura do “bom viver”**: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiová. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ; Museu Nacional, PPGAS, tese de doutorado em antropologia social, 2006.

MURA, Fábio. **Habitações Kaiowá**: formas, propriedades, técnicas e organização social. Rio de Janeiro: UFRJ; Museu Nacional, dissertação de mestrado em antropologia social, 2000.

NASCIMENTO, Valdir Aragão. **O processo de assimilação dos Terena: as múltiplas configurações da fricção interétnica**. Revista Trías, nº 4, jan./ jun., 2012;

NIMUENDAJÚ, Curt. **Apontamentos sobre os Guarani**. São Paulo, SP: Museu Paulista, Revista do Museu Paulista, v.8, p. 9-34, 1954.

NIMUENDAJÚ, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo, SP: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

NOELLI, Francisco Silva. **Sem tekoha não há teko:** em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí - RS. Porto Alegre: PUC, dissertação de mestrado, 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Jorge Eremites; PEREIRA, Levi Marques. **“Duas no pé e uma na bunda”:** da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. Dourados, MS: Revista Eletrônica História em Reflexão, vol. 1 n. 2, jul./dez., 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de & CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. **Ensaios antropológicos sobre moral e ética.** Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre:** o processo de assimilação dos Terena. São Paulo, SP: Francisco Alves, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Urbanização e tribalismo:** a integração dos índios Terena numa sociedade de classes. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1968.

OLIVEIRA, Sônia Grubits Gonçalves de; BRAND, Antônio; GUIMARÃES, Liliana A. M. **Vida e morte na cultura Guarani/Kaiowá.** Campo Grande, MS: Multitemas, n. 8, p. 227-39, fev., 1998.

POZ, João Dal. **A etnia como sistema:** contato, fricção e identidade no Brasil indígena. Sociedade e Cultura, v. 6, nº 2, JUL-DEZ, 2003;

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder:** o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908). Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1997.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos:** a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

SANGALLI, Andréia; LADEIA, Eliane da Silva; BENITES, Eliel; PEREIRA, Zefa Valdivina (orgs.). **Tekoha ka’aguy:** Diálogos entre saberes guarani e kaiowá e o ensino de ciências da natureza. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018.

SCHADEN, Egon. **Aculturação indígena:** ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos. São Paulo, SP: Pioneira; EDUSP, 1969.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guaraní.** São Paulo, SP: EPU; EDUSP, 1974. 208 p.

SEBASTIÃO, Lindomar Lili. **A diáspora Guaná (Terena) no pós-Guerra da Tríplice Aliança e os reflexos em seus territórios no estado de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, MS: Revista Tellus, ano 16, nº 30, jan./jun., 2016.

SUSNIK, Branislava. **Aportes de etnografia paraguaya.** Assunção, Paraguai: Museo Etnográfico “Andres Barbeiro”, 1961.

SUSNIK, Branislava. **El índio colonial del Paraguay.** Assunção, Paraguai: Museo Etnográfico “Andres Barbeiro”, 1965.

SUSNIK, Branislava. **Los aborigenes del Paraguay.** Assunção, Paraguai: Museo Etnográfico “Andres Barbeiro”, v. 2, Etnohistoria de los Guaranes, 1982.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle Taunay, Visconde de. **Entre nossos índios.** 1888.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A dimensão sócio-política do território para os Terena:** as aldeias nos séculos XX e XXI. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, dissertação de mestrado em história, 2011.

VIETTA, Katya. Os deuses, os homens e suas escolhas: cosmologia, organização social, conflitos territoriais e outras histórias Kaiová. In.: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul:** história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

WEBER, Astor. **Os Eyviguayegui-Mbayá-Guaicuru:** o Tratado de Paz de 1791. Dourados, MS: Revista História em Reflexão, vol. 2, n. 4, jul./dez., 2008.